

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CMG EDSON ALVES DA SILVA

A PROJEÇÃO GEOPOLÍTICA DO BRASIL NO SÉCULO XXI

A projeção geopolítica do Brasil, na área de segurança, no âmbito da América do Sul, no início do século XXI.

Rio de Janeiro

2015

CMG EDSON ALVES DA SILVA

A PROJEÇÃO GEOPOLÍTICA DO BRASIL NO SÉCULO XXI

A projeção geopolítica do Brasil, na área de segurança, no âmbito da América do Sul, no início do século XXI.

Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Política e Estratégia Marítimas.

Orientador: CMG (RM1) Leonardo Faria de Mattos.

Rio de Janeiro

Escola de Guerra Naval

2015

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos aqueles que, em algum momento de suas vidas, da maneira que for possível, possam contribuir para o engrandecimento desta nação.

AGRADECIMENTOS

À minha querida esposa, ao meu filho amado, aos meus pais, irmãos, e todos os demais parentes agradeço pelo incondicional apoio e incessantes demonstrações de amor, carinho, compreensão, estímulo e união.

Ao meu orientador e estimado companheiro dos tempos de Villegagnon, pela compreensão e confiança, amizade e fundamentais incentivo e auxílio, no decorrer desta jornada.

À esta Escola, meus sinceros agradecimentos à tripulação, corpo docente, servidores civis, funcionários terceirizados, enfim, a todos que de forma direta ou indireta contribuíram para o meu enriquecimento intelectual, pela forma cordial, como mais uma vez me receberam em suas instalações, pelo dia a dia proveitoso, pelos momentos de descontração e pela saudável convivência.

RESUMO

O propósito deste trabalho é analisar a projeção geopolítica do Brasil na América do Sul no início do século XXI. Para alcançar este objetivo, o estudo iniciará por apresentar o surgimento da geopolítica, seus principais pensadores e as tentativas de conceituá-la. Em seguida, tentará aplicar esses conceitos aqui no Brasil, mencionando alguns geopolíticos brasileiros, suas obras e a contribuição deles para a formulação de projetos futuros para o país. Abordaremos a teoria dos complexos regionais de segurança e os conflitos por território ainda existentes aqui no subcontinente sul-americano, seus antecedentes históricos e os processos de negociação, em busca da paz. Posteriormente, serão apresentados os órgãos que têm sido criados, como a UNASUL, que com seus conselhos têm buscado aumentar a cooperação, a construção de uma confiança mútua, visando a integração regional. Novamente concentrando o enfoque no Brasil serão citados os documentos de alto nível, na área de segurança do país, reafirmando a prioridade que o Brasil dará nas relações com seus vizinhos sul-americanos. Finalmente, serão apresentados dados estatísticos que comprovarão que o Brasil possui um grande poder potencial, atributos para se credenciar a ser uma potência regional, mediando os conflitos do subcontinente, por meio de soluções pacíficas para as controvérsias, assegurando a convivência harmoniosa na região, contribuindo para a segurança do Estado brasileiro.

Palavras-chave: Geopolítica da América do Sul. Teoria dos Complexos Regionais de Segurança. União de Nações Sul-Americanas. Conselho de Defesa Sul-Americano. Potência regional. Integração Regional.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to analyze the geopolitical projection of Brazil in South America in the early twenty-first century. To accomplish this, the study will start by presenting the emergence of geopolitics, its leading thinkers and the effort to conceptualize it. Then, try to apply these concepts in Brazil, mentioning some Brazilian geopolitical, their work and their contribution to the development of future projects for the country. We discuss the regional security complex theory and the conflict by remaining territory here in the South American subcontinent, its historical background and negotiation processes, in search of peace. Later, the agencies that have been created will be presented, such as UNASUL, who with its counsel have sought to increase cooperation, building mutual trust, aimed at regional integration. Again concentrating the focus in Brazil will be the high-level documents cited in the nation's security area, reaffirming the priority that Brazil will in relations with its South American neighbors. Finally, statistical data that will prove that Brazil has a great potential power will be presented, attributes to become certified to be a regional power, mediating the sub-continent of conflicts through peaceful solutions to disputes, ensuring harmonious coexistence in the region, contributing for the safety of the brazilian state.

Key-words: Geopolitical of the South America. Regional Security Complex Theory. Union of South American Nations. South American Defense Council. Regional power. Regional integration.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAN	Comunidade Andina
CDS	Conselho de Defesa Sul-Americano
CEED	Centro de Estudos Estratégicos de Defesa
CFB	Constituição da República Federativa do Brasil
CIJ	Corte Internacional de Justiça
CPEM	Curso de Política e Estratégia Marítimas
CRS	Complexos Regionais de Segurança
EGN	Escola de Guerra Naval
END	Estratégia Nacional de Defesa
ESUDE	Escola Sul-Americana de Defesa
EUA	Estados Unidos da América
FARC	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
JID	Junta Interamericana de Defesa
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PIB	Produto Interno Bruto
PND	Política Nacional de Defesa
TIAR	Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
UNASUL	União das Nações Sul-Americanas
UP	União Patriótica

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1 A GEOPOLÍTICA.....	13
2.2 GEOPOLÍTICOS BRASILEIROS.....	15
2.3 COMPLEXOS REGIONAIS DE SEGURANÇA.....	21
2.3.1 A Teoria da Segurança Regional.....	21
2.3.2 Segurança nos Níveis Regionais.....	22
2.3.3 Teoria dos Complexos de Segurança: Principais Variações.....	22
2.3.4 Complexos Regionais de Segurança: Uma Matriz para as Áreas de Estudo.....	24
2.3.5 Tipos de Complexos Regionais de Segurança.....	27
2.3.6 O Complexo Regional de Segurança na América do Sul.....	30
3 CONFLITOS LATENTES NA AMÉRICA DO SUL	36
3.1 CONFLITO ENTRE O GOVERNO COLOMBIANO E AS FARC.....	36
3.2 CONFLITO ENTRE A VENEZUELA E A GUIANA – ESSEQUIBO.....	42
3.3 CONFLITO ENTRE BOLÍVIA – CHILE – PERU.....	46
4 ORGANISMOS DE COOPERAÇÃO ENTRE PAÍSES DA AMÉRICA DO SUL	54
4.1 UNIÃO DAS NAÇÕES SUL-AMERICANAS.....	54
4.2 CONSELHO DE DEFESA SUL-AMERICANO.....	60
4.3 A ALIANÇA DO PACÍFICO.....	62
4.4 DOCUMENTOS DE ALTO NÍVEL DO BRASIL NA ÁREA DE DEFESA.....	63
5 A VIABILIDADE DO BRASIL NO SUBCONTINENTE SUL-AMERICANO	67
5.1 CONCEITO DE POTÊNCIA.....	67
5.2 A POSIÇÃO DO BRASIL.....	70
5.2.1 A Extensão Territorial dos Países da América do Sul.....	72
5.2.2 A População dos Países da América do Sul.....	73
5.2.3 O Produto Interno Bruto Corrente dos Países da América do Sul.....	74
6 CONCLUSÃO	77
REFERÊNCIAS	81

1 INTRODUÇÃO

*Está capaz para se edificar nele um grande império,
o qual com pouca despesa destes reinos se fará tão
soberano que será um dos Estados do mundo.*

Gabriel Soares de Sousa¹

O presente trabalho sob o título de “A projeção geopolítica do Brasil, na área de segurança, no âmbito da América do Sul, no início do século XXI”, tem o propósito de apresentar ao leitor que o país reúne todos os atributos para assumir uma condição de liderança no subcontinente sul-americano, por meio de uma clara postura de buscar a solução pacífica para as controvérsias, conduzindo os assuntos de interesse para os países da região, sem demonstrar um comportamento hegemônico.

Especificamente na área de segurança, será apresentado, neste trabalho, que o Brasil por meio dos seus documentos de alto nível nesse setor, confirma de maneira transparente, sua vocação pacífica e a condição de protagonista para mediar os conflitos ainda existentes na região.

Também constataremos que o Brasil é detentor de capacidades que o habilitam a não limitar sua presença ao cenário sul-americano. Entretanto, algumas questões estratégicas não foram debatidas devidamente pela sociedade brasileira, de forma a conduzir, concretamente, o país a um modelo de desenvolvimento sustentado com redução das vulnerabilidades, rumo ao seu engrandecimento como nação.

Para alcançarmos esses objetivos iniciaremos apresentando um primeiro capítulo com o referencial teórico que fundamentará este trabalho. Primeiramente, serão apresentadas algumas propostas de conceituações teóricas que regem as relações entre os Estados – a

¹ Historiador português criador da visão prospectiva mais antiga sobre o futuro do Brasil, no seu livro de 1587, “In Tratado Descritivo do Brasil – Proêmio” (MATTOS, 2000, p. 59).

Geopolítica. Serão mencionados o seu surgimento como uma ciência específica, o criador do acrônimo “Geopolítica”, seus principais pensadores e as tentativas de conceituá-la.

Em seguida discorreremos sobre os geopolíticos brasileiros, mencionando suas obras mais relevantes, destacando suas contribuições para a elaboração de um pensamento próprio sobre as potencialidades e para a formulação de políticas de Estado para transformar o Brasil em uma potência. Teremos a oportunidade de constatar que, mesmo ainda como colônia, já existia no país pensadores que reconheciam o seu potencial e apresentaram propostas que o Brasil levou décadas para implementar.

Finalmente neste capítulo será apresentada a principal referência teórica deste trabalho. Essencialmente baseado na obra de Buzan e Wæver, *Regions and Powers – The Structure of International Security* (2003), a proposição no tópico é expor de forma detalhada e didática, as definições, variáveis e tipos, dentre outros conceitos que os autores descrevem sobre a teoria dos Complexos Regionais de Segurança. Em seguida, a aplicação desta teoria no espaço geográfico sul-americano, suas conclusões e perspectivas. Em função das previsões apresentadas pelos autores da obra de referência, sobre o Complexo Regional de Segurança da América do Sul, à luz das análises conjunturais, este trabalho também submeterá para a reflexão do leitor, uma argumentação sobre o futuro desse Complexo.

O próximo capítulo concentrará a abordagem nos conflitos latentes existentes no subcontinente sul-americano. Praticamente, esses conflitos são por posse de territórios. Neste sentido, o propósito é descrever os referidos conflitos aprofundando um pouco os antecedentes históricos, as causas do litígio e a atualização dos processos de negociação e em que órgãos e atores estão atuando na busca de solução.

Inicialmente será abordado o conflito entre o governo colombiano e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). É considerado o conflito mais antigo do subcontinente sul-americano. A permanência dessa contenda no território colombiano tem

trazido desvantagens estratégicas para o país, face às interferências que produziu no desenvolvimento do país. Atualmente, a falta de apoio popular tem arrefecido o movimento, que tem aceitado as propostas do governo para reiniciar as negociações em busca da paz.

O segundo conflito a ser abordado é o relativo à posse do território de *Essequibo*, entre a Venezuela e a Guiana. Novamente marcado por razões históricas e pela descoberta de recursos naturais na área em litígio, tem provocado o ressurgimento das hostilidades, visto que as fronteiras já tinham sido definidas por meio de um tratado do início do século passado.

Mais um relevante conflito existente no subcontinente sul-americano, remonta ao século XIX. Com origem na Guerra do Pacífico (1879-1883) entre Chile e a aliança Bolívia e Peru resultou na vitória chilena e, como consequência, a perda de território pelo Peru e Bolívia, em favor do Chile. Porém essa perda boliviana acarretou ao país deixar de ter acesso ao Oceano Pacífico. Assim, ficou conhecida como a guerra em que a Bolívia perdeu o direito soberano de ter acesso ao mar. Concluindo o capítulo serão mencionados outros conflitos menores em ebulição na América do Sul, mas que também influenciam os processos de integração regional.

No terceiro capítulo deste trabalho, inicialmente, o foco será comentar sobre os organismos de cooperação na América do Sul, ressaltando as iniciativas e deliberações de cooperação na área de defesa. Em princípio, será apresentada a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), observando os termos constantes do seu tratado constitutivo, que demonstram a disposição dos seus integrantes em formar um órgão mais atuante, em diversos campos das relações entre os países, com o propósito da construção de uma confiança mútua, com o fim na integração regional. Especificamente na área de defesa serão abordados um dos conselhos da UNASUL, o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) e, ainda, mencionaremos as atividades e atribuições do Centro de Estudos Estratégicos de Defesa (CEED) e da Escola Sul-Americana de Defesa (ESUDE).

Ainda nesse caminho dos organismos criados pelos países da região será realizada uma breve menção à Aliança do Pacífico, em uma tentativa de propor um confronto com o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a UNASUL, em função dos procedimentos que regulam o funcionamento desses órgãos.

Uma segunda vertente do capítulo é demonstrar, por meio dos documentos de alto nível do Brasil, na área de defesa, com transparência, a posição do país em priorizar os vizinhos da América do Sul nas suas relações e tentar encontrar soluções pacíficas para as controvérsias, buscando a integração regional. Neste sentido serão mencionados os artigos, itens e subitens da Constituição Federal do Brasil (CFB/1988), da Política Nacional de Defesa (PND/2013) e da Estratégia Nacional de Defesa (END/2012), que deixam bem claro essa disposição do Brasil.

No último capítulo deste trabalho, a intenção é apresentar alguns conceitos que buscam ressaltar os atributos que devem possuir as nações, para se tornarem potências globais e/ou regionais. Em seguida, serão apresentados dados estatísticos referentes a alguns desses atributos acima mencionados, comparando o Brasil com os países da América do Sul e sua posição com relação aos demais do mundo, com o propósito de se avaliar a viabilidade do país em assumir a liderança regional e promover a tão almejada integração da América do Sul.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo tem o propósito de apresentar o arcabouço teórico que será utilizado neste estudo. Inicialmente, fará uma breve menção ao surgimento da geopolítica como um estudo científico específico. Também citará os estudiosos responsáveis pela criação do acrônimo “geopolítica” e aquele que, descolando-a da geografia política, foi considerado quem a aplicou de forma verdadeira. Em seguida, como o trabalho pretende apresentar aspectos da geopolítica do Brasil, na área de segurança, no âmbito da América do Sul, no século XXI, serão mencionados alguns estudiosos brasileiros no assunto e a contribuição deles na formação de um pensamento autóctone sobre a situação regional do país. Finalmente, o capítulo discorrerá, de forma mais detalhada, sobre a teoria dos Complexos Regionais de Segurança que representa o referencial teórico fundamental para o desenvolvimento deste trabalho.

2.1 A GEOPOLÍTICA

Considerando que já existia no pensamento filosófico grego, o objetivo de determinar a influência dos fenômenos físicos e biológicos nas atividades do homem, podemos entender que os filósofos gregos foram pioneiros no exercício das análises geopolíticas, mesmo que ainda não tivessem adotado essa denominação (REGO, 2004, p.152).

É uma expressão polêmica, assim como a sua aceitação como ciência. Tem uma composição semântica oriunda do prefixo “geo” – terra, e “política” – a arte de governar (MATTOS, 1975, p.3). Porém, somente após vários séculos, quem, primeiramente, empregou o acrônimo “Geopolítica”, em 1905, foi o professor sueco, Rudolf Kjellen, na tentativa de aplicar uma parcela mais significativa da política aos estudos das relações entre os territórios e os habitantes no âmbito dos Estados, em vez da predominância das questões geográficas.

Desta forma, foi considerado o “Pai da Geopolítica”. Entretanto, na opinião de diversos autores, o alemão Friederich Ratzel foi quem primeiro combinou as concepções do determinismo geográfico proposto por outros pensadores com as noções filosóficas e políticas sobre a História, e assim é considerado como o responsável pelo exercício da verdadeira Geopolítica, ultrapassando a fronteira da Geografia Política (REGO, 2004, p. 152).

Sendo assim, pelas contribuições desses dois pensadores, a geopolítica assume um caráter dinâmico e passa ser um elemento a ser considerado na atuação dos Estados, em busca de soluções para problemas de natureza política, inspiradas no contexto geográfico (REGO, 2004, p.152).

O general alemão Karl Ernst Haushofer² considerava que a geopolítica poderia ser entendida como “a arte de guiar, pragmaticamente a política”. Existem inúmeras tentativas de conceituação da geopolítica. Inspirando-se nas realidades geográficas do território seria a ciência ou a arte de governar os Estados. Como síntese desses conceitos podemos destacar, o do Instituto de Geopolítica de Munique:

A Geopolítica é a ciência das relações da terra com os processos políticos. Baseia-se nos amplos fundamentos da geografia, especialmente da geografia política, que é a ciência do organismo político no espaço e, ao mesmo tempo, de sua estrutura. Ademais, a Geopolítica proporciona os instrumentos para a ação política e diretrizes para a vida política em conjunto. Assim, a Geopolítica se converte numa arte, arte de guiar a política prática. A Geopolítica é a consciência geográfica do Estado (MATTOS, 1975, p.3).

Ainda nessa tentativa de se buscar uma conceituação, Friederich Ratzel, além de ser considerado o responsável pelo exercício verdadeiro da geopolítica, conforme citamos acima, sintetiza em um conceito simples pelas palavras que utilizou, porém abrangente no espírito e na dinâmica da ação geopolítica: “Espaço é Poder”.

² O desprestígio da Geopolítica como ciência vem de sua apropriação pelos adeptos do Gen. Karl Haushofer que, depois do advento de Hitler, apoderaram-se do Instituto de Munique e transformaram a Geopolítica em um pretexto científico para justificar as teses do expansionismo nazista.

2.2 GEOPOLÍTICOS BRASILEIROS

Cabe realizar um breve passeio no tempo para verificar como alguns estudiosos brasileiros se dedicaram a este assunto. Podemos constatar que mesmo antes que dos conhecimentos geopolíticos adquirissem o teor de conhecimento científico, alguns pensadores brasileiros foram capazes de formular prognósticos de grandeza para o país, em uma inequívoca demonstração de ampla visão política. Não se trata de um exercício de adivinhação, mas da observação e da análise racional e criteriosa de elementos históricos, sociais e estatísticos. O Gen. Meira Mattos denomina esses brasileiros de predecessores do pensamento geopolítico brasileiro.

Um desses estudiosos foi o embaixador José Oswaldo Meira Penna que menciona em seu livro “Política Externa”, que o Tratado de Tordesilhas (1494), mesmo antes do descobrimento, já representava uma imposição geopolítica para a história colonial do Brasil. Destaca o embaixador que já no século XVI, haviam dois desafios para a segurança externa do Império (MATTOS, 2000, p.59).

- a proteção das fronteiras a oeste e a proteção da fronteira marítima a leste. Dois problemas geopolíticos que exigiriam da diplomacia colonial portuguesa e da diplomacia imperial e republicana, preocupação constante, negociação permanente e, algumas vezes, luta armada.

José Bonifácio foi mais um ilustre brasileiro que antes do “O grito do Ipiranga”³ elaborou um importante documento apresentando uma visão do destino reservado ao futuro do Estado Brasileiro independente.

“Lembranças e Apontamentos” (1821) é como foi denominado esse documento que tinha o propósito de orientar os brasileiros eleitos para representarem o Brasil perante a Corte em Lisboa.

³ Depois de tomar conhecimento, por meio de correspondência, das novas decisões da Corte Portuguesa e das cartas de José Bonifácio e da D.Leopoldina, no dia 7 de setembro de 1822, quando retornava de Santos, após realizar inspeção nas defesas do litoral paulista, D.Pedro proclama a independência do Brasil, às margens do riacho do Ipiranga.

Apesar de o documento apresentar um extenso projeto de providências administrativas referente às grandes necessidades públicas como educação e saúde, o que o caracterizava como uma das primeiras expressões de uma visão geopolítica foi uma clara preocupação com a questão da unidade nacional e da integridade territorial, em função da independência que era iminente. José Bonifácio já defendia naquela época a tese de transferência da capital do país para uma região mais central, pois detentores de um extenso território, não poderia no futuro prescindir das riquezas provenientes das terras do interior, limitando-se apenas a viver dependente do litoral⁴ (MATTOS, 2000, p. 60).

A proposta de transferência da capital para o interior do país apresentada por José Bonifácio revela uma admirável visão de futuro para o país, alicerçada em temas, que nos dias de hoje, podemos classificar como fundamentos geopolíticos. Em uma época em que as potências imperialistas que dominavam o mundo constituíam, por meio de seu poder marítimo, um frequente perigo às demais nações, ao evocar a necessidade de centralização do poder político, com o propósito de transformar em um polo de atração de regiões periféricas, José Bonifácio apresenta além de uma percepção de desenvolvimento, preocupação com a defesa do país⁵.

Mais um brasileiro que podemos incluir dentre aqueles que tiveram uma visão geopolítica, mesmo antes de ter esta denominação e de um estudo específico, foi Alexandre de Gusmão. O diplomata de nacionalidade portuguesa, nascido no Brasil Colônia foi o redator e teve uma atuação fundamental para as negociações do Tratado de Madrid⁶ (1750).

⁴ Sugere o local para o novo o centro do poder político, assim se expressando, “que poderia, no futuro, ser em latitude pouco mais ou menos de 15°, em sítio sadio, ameno e fértil, e regado por algum rio navegável”. Este local estaria nas proximidades da cidade de Paracatu, a cerca de 200 quilômetros ao sul da atual Brasília.

⁵ No documento José Bonifácio afirma: “com a mudança da capital para o interior fica a Corte ou assento da Regência livre de qualquer assalto de surpresa externa, e se chama para as províncias centrais o excesso de população vadia das cidades marítimas e mercantis.” E mais adiante continua: “Desta Corte central dever-se-ão logo abrir estradas para as diversas províncias e portos de mar, para que se comuniquem e circulem com toda a prontidão as ordens do governo, e se favoreça por elas o comércio interno do vasto Império do Brasil”.

⁶ Tratado de Madrid - assinado na capital espanhola a 13 de janeiro de 1750, entre os reis de Portugal e da Espanha. Este tratado tornou-se responsável por determinar os limites entre as duas colônias sul-americanas, acabando definitivamente com as contendas. Foi preparado cuidadosamente a partir do Mapa das Cortes,

Assim apresentamos alguns pensadores que intuitivamente demonstraram uma visão política avançada, de desenvolvimento e até de defesa do Estado, tendo presente em suas reflexões a clara influência da posição geográfica, a grandeza da extensão continental do país, a necessidade de interiorização e da integração do campo com o litoral, por meio de estradas, a efetiva ocupação dos espaços e a delimitação das fronteiras para assegurar a integridade territorial do Brasil. Essencialmente, representam alguns dos parâmetros que mais tarde seriam reunidos em uma metodologia científica e que se denominariam como um pensamento geopolítico.

Prosseguiremos, então, em uma breve exposição do pensamento de alguns estudiosos brasileiros sobre as condições do Brasil em inserir-se no contexto regional e global, considerando as suas capacidades já disponíveis e suas potencialidades ainda não exploradas. Só que agora, essas reflexões já serão posteriores aos pensamentos geopolíticos tratados por uma metodologia científica. Dessa forma, iremos chamá-los de Geopolíticos brasileiros.

Assim, verificamos que o pensamento geopolítico nacional, enquanto estudo sistematizado teve seus primeiros livros publicados na década de 1930, pelo acadêmico Everardo Backheuser e pelo Oficial do Exército brasileiro Mario Travassos. O primeiro iniciou a produzir suas obras, ainda nos anos finais da década de 1920, sendo assim considerado, o precursor dos estudos da geopolítica no país, instituiu um método e sistematizou esse estudo. Elaborou um conceito de incontestável clareza sobre a geopolítica: é a “política feita em decorrência das condições geográficas”. A adoção pelo governo brasileiro, à época, de uma nova política de fronteiras e a criação de territórios nas regiões consideradas mais

favorecendo as colônias portuguesas em prejuízo aos direitos dos espanhóis. Os diplomatas portugueses basearam-se no princípio do *Uti Possidetis* – direito de posse – para definir como se daria a divisão territorial. Pelo *Uti Possidetis* a terra deveria ser ocupada por aqueles que já se encontravam estabelecidos nela, com residência fixa e trabalho nas redondezas. Desta forma os portugueses se firmaram no grande território que hoje forma o Brasil. O Tratado de Madrid foi importante para o país porque definiu aproximadamente o contorno geográfico do Brasil de hoje.

críticas foram fortemente influenciada pelas considerações existentes em sua obra intitulada de “Geopolítica Geral do Brasil” (REGO, 2004, p. 152).

O jovem oficial Mário Travassos escreveu dois livros na década de 1930. O “Projeção continental do Brasil” (1931), segundo Ronald de Carvalho, foi a primeira obra de geopolítica publicada no Brasil. Este livro delineou os fundamentos para uma grande política nacional, na primeira metade do século XX, que na essência do seu pensamento, atribuía ao Brasil potencialidades que o habilitam para almejar a posição de maior potência no cenário sul-americano. É muito claro nessa publicação a praticidade das propostas de solução e a clareza das análises apresentadas (MATTOS, 2000, p. 61). O pensador Mário Travassos destaca características geográficas do continente sul-americano que classifica de antagonismos. Uma no Pacífico, a Cordilheira Andina, como elemento divisor que se estende da Venezuela até a Patagônia. Já no Atlântico, ele ressalta outros dois antagonismos do relevo, as bacias dos Rios Amazonas e da Prata. Todos esses marcos geográficos, de alguma maneira, influenciaram os contornos fronteiriços do território brasileiro (MATTOS, 2000, p. 61). Dessa análise geopolítica podemos depreender que as características apontadas por Mário Travassos serão essenciais na relação do Brasil com seus vizinhos sul-americanos e terá impactos importantes na integração regional.

O desenvolvimento da Ciência Geopolítica no país adquiriu um grande impulso por meio das obras dos generais Meira Mattos e Golbery do Couto e Silva e da professora Therezinha de Castro.

Em sua obra “A Geopolítica e as Projeções do Poder” (1977) Meira Mattos afirma que os conceitos geopolíticos e o poder têm sido inseparáveis através da história: Por outro lado, afirmou que o espaço geográfico – Território - continua fundamentando o Poder, sendo assim a razão de sua existência. Nesse sentido, Meira Mattos sintetizou: “A Geopolítica é a aplicação da política aos espaços geográficos; aplicação de política é poder” (MATTOS,

1977, p. 17). Estendeu esse pensamento ao afirmar que a Geopolítica é o produto da interação dinâmica dos três fatores: aplicação do Poder à arte de governar (Política), espaço territorial (Geografia) e a experiência humana (História).

Meira Mattos retoma nessa obra, 45 anos depois, a ideia elaborada por Mario Travassos sobre a criação de “áreas de intercâmbio fronteiriço”, ao longo dos limites terrestres dos países sul-americanos. Visualiza que a desejada integração tornar-se-ia mais concreta, em função dos mais recentes instrumentos oferecidos pelo desenvolvimento tecnológico (MATTOS, 1977, p. 18). Ademais, apresentou relevantes reflexões sobre a vocação marítima brasileira, apontando Oceano Atlântico como nossa principal via de comunicação com o exterior, enfatizando que a segurança nesse ambiente seria, cada vez mais, vital para o desenvolvimento do país (MATTOS, 1977, p. 18).

Atento ao tempo presente, e à luz do seu mais recente conceito: “a Política aplicada aos espaços geográficos, sob a inspiração da experiência histórica”, o general Meira Mattos analisou a contribuição dos fatores geográficos e políticos, bem como da história contemporânea para a formulação da Geopolítica, sob a influência dos recursos da modernidade. Destarte, chegou à conclusão que esses recursos, “incidindo e interagindo na Geografia e na Política (...) só vieram torná-la mais apta a oferecer avaliações referentes à aplicação do Poder do Estado ou das alianças interestados” (REGO, 2004, p. 153).

Cumprido ressaltar que nessa obra, o autor já demonstra uma grande visão geopolítica e de desenvolvimento nacional, ao relatar a importância do mar como via de comunicação com as outras nações, a necessidade do desenvolvimento tecnológico para explorar as riquezas ali descobertas e a preocupação que o Estado brasileiro deverá ter em proteger tais riquezas.

Surge no ambiente geopolítico nacional o General Golbery do Couto e Silva. Proferiu várias palestras e foi autor de dezenas de artigos para revistas especializadas sobre o assunto. Consolidou seus escritos em uma obra, que atingiu grande projeção na época: “Geopolítica do

Brasil” (1976) (MATTOS, 2000, p. 66). Esta obra é um projeto de desenvolvimento para o Brasil. As propostas de Golbery foram por uma rearticulação do território para estimular a ampla manobra estratégica, visando à integração definitiva e o desenvolvimento de todo o espaço nacional”. Para Golbery, “a Geopolítica se converte numa arte, a arte de guiar a política prática” (REGO, 2004, p. 153).

Nos anos 1970 aparece no cenário geopolítico brasileiro a professora de História e Geografia Therezinha de Castro. Logo nas suas primeiras obras manifestou um intenso apreço pela pesquisa e uma habilidosa criatividade em apresentar temas relevantes para o debate nacional. Com um elevado poder de comunicação e reconhecida como uma conferencista entusiasmada ocupou com frequência a posição de palestrante nas Escolas de Altos Estudos Políticos e Estratégicos. Dos temas geopolíticos que a professora abordava com frequência e que são do interesse deste trabalho, destacam-se a geoestratégia do Atlântico Sul, a integração do Cone Sul e os problemas amazônicos (MATTOS, 2000, p. 70).

Uma grande contribuição da professora Therezinha de Castro foi estabelecer uma clara diferenciação entre a Geografia Política e o estudo sistematizado da Geopolítica, ao afirmar que a “Geografia política é como a fotografia, portanto, estática; enquanto Geopolítica é como o filme, tem movimento, é dinâmica” (REGO, 2004, p. 153).

A seguir, são aglutinadas reflexões que resumem a percepção da Geopolítica: as sínteses de Ratzel e do general Meira Mattos, respectivamente: “espaço é poder” e “geografia é destino”; um fragmento das concepções do general Golbery: “a Geopolítica se converte numa arte, a arte de guiar a política prática”; a análise geopolítica como inspiradora de diretrizes estruturadas nos três Poderes (Real, Latente e Prestígio); e a ideia do sociólogo francês Maurice Duverger de que “Política é Poder”. Diante disso, teoriza o autor sobre Geopolítica: é uma ferramenta que permite ao Estado, empregando o conhecimento do espaço físico e suas potencialidades (Geografia), aplicar pragmaticamente o Poder (Política) na

consecução dos seus objetivos. Por outra via, de forma condensada, Geopolítica é uma ferramenta a serviço do Poder, sendo o Poder aí entendido como o resumo das suas consagradas expressões, quais sejam: Política, Militar, Econômica, Psicossocial e Científico-Tecnológica.

2.3 COMPLEXOS REGIONAIS DE SEGURANÇA

Baseado, essencialmente, na análise de BUZAN e WÆVER no livro *Regions and Powers – The Structure of International Security* (2003) e, também, nas considerações contidas no artigo “Relendo o Complexo Regional de Segurança da América do Sul” (2014) de autoria de Alexandre Fuccille e Lucas Pereira Rezende. Este subitem tem o propósito de apresentar uma versão operacional da teoria dos Complexos Regionais de Segurança (CRS), aplicada ao subcontinente sul-americano, fundamental para a compreensão da dinâmica das relações entre os países da região. O CRS exprime um quadro conceitual que resgata a nova estrutura emergente da segurança internacional, pós-Guerra Fria.

“Os Complexos Regionais de Segurança (CRS) são uma teoria desenvolvida dentro da chamada Escola de Copenhague, e que busca entender as questões de segurança internacional a partir de um enfoque regionalista, partindo do suposto que as ameaças, em geral, viajam mais a curtas distâncias do que longas. Por essa teoria, desenvolvida mais a fundo por Buzan e Wæver, os problemas de segurança estão mais intrinsecamente associados à sua região” (FUCCILLE e REZENDE, 2014, p. 2).

2.3.1 A Teoria da Segurança Regional

O CRS tem uma dimensão histórica que nos remete ao período ligado a Guerra Fria⁷, nos padrões de sistema internacional. Nesta teoria está embutido um modelo de segurança

⁷ A Guerra Fria tem início logo após a Segunda Guerra Mundial, pois os Estados Unidos e a União Soviética vão disputar a hegemonia política, econômica e militar no mundo. A União Soviética possuía um sistema socialista, baseado na economia planificada, partido único (Partido Comunista), igualdade social e falta de democracia. Já os Estados Unidos, a outra potência mundial, defendia a expansão do sistema capitalista, baseado na economia de mercado, sistema democrático e propriedade privada. Na segunda metade da década de 1940 até 1989, estas duas potências tentaram implantar em outros países os seus sistemas políticos e econômicos. A definição para a expressão Guerra Fria é de um conflito que aconteceu apenas no campo ideológico, não ocorrendo um embate militar declarado e direto entre os Estados Unidos e a URSS. Até mesmo porque, estes dois países estavam armados com centenas de mísseis nucleares. Um conflito armado direto

regional que permite a previsão, análise e explicação do desenvolvimento das interações, em qualquer região. Em um sistema internacional estruturalmente complexo e anárquico, o CRS surge como uma sistemática que busca entender a forma como as dinâmicas globais de poder interagem por meio do sistema internacional.

2.3.2 Segurança nos Níveis Regionais

A elaboração do conceito de CRS tem como um de seus propósitos evocar para os níveis regionais, como os apropriados para uma ampla análise da prática de segurança. Quando são efetuadas análises de segurança, dois níveis extremos são protagonistas nessas análises: o global e o nacional. Conforme afirmam BUZAN e WÆVER (2003):

Segurança nacional – não está por ela mesma em um nível de análise. Porque as dinâmicas de segurança estão inerentemente relacionadas, nenhuma insegurança para as nações se sustenta [...]. A segurança global em qualquer senso holístico refere-se a uma aspiração, não a uma realidade. O globo não é hermeticamente integrado em termos de segurança e, exceto nos casos especiais de superpotências, somente um pequeno grupo faz parte desse nível de generalização, que refletirá as reais preocupações na maioria dos países (BUZAN e WÆVER, 2003, p. 43).

A análise da segurança no recorte regional refere-se aos níveis onde Estados ou outras unidades se aproximam, suficientemente, para que a segurança individual não seja considerada separada. É no nível regional que se encontram a reciprocidade dos extremos da segurança, o global e o nacional, e também, que é registrada a maioria das ações. O quadro geral é sobre a junção de dois níveis: a reciprocidade dos poderes globais no nível sistemático e o aglomerado de segurança interdependente no nível regional.

2.3.3 Teoria dos Complexos de Segurança: Principais Variações

A sistemática do CRS pode ser útil de três formas. Primeiramente, porque estabelece o nível apropriado para análise nos estudos de segurança. Em segundo lugar, pode organizar os

significaria o fim dos dois países e, provavelmente, da vida no planeta Terra. Porém ambos acabaram alimentando conflitos em outros países.

estudos empíricos e, por último, pela capacidade de estabelecer cenários de teoria básica das diversas maneiras conhecidas. A formação do CRS deriva da ação recíproca entre a estrutura anarquista e a sua balança de poder, e a pressão das proximidades globais. A simples adjacência física gera mais interações de segurança entre os vizinhos, do que entre Estados localizados em áreas diferentes e distantes. A adjacência é um fator de considerável influência para a segurança, porque muitas ameaças viajam mais facilmente sobre menores distâncias. Todos os Estados no sistema estão envolvidos em uma rede global de segurança interdependente. Mas, como a insegurança é comumente associada à proximidade, essa interdependência está longe de ser uniforme. Se somarmos os fatores: anarquia – distância – e diversidade geográfica – obteremos padrões regionais baseados em aglomerados, onde a segurança interdependente é mais intensamente entre os Estados dentro de tais complexos do que aqueles que estão fora (BUZAN e WÆVER, 2003, p. 46).

As premissas básicas nas quais a segurança interdependente tende a ser regionalmente concentrada são muito influenciadas pelo poder das unidades que a compõem. Cabe ressaltar que as superpotências, por definição, transcendem amplamente a lógica da geografia e da adjacência em suas relações. Em contrapartida, Estados com capacidades limitadas restringem aos seus vizinhos, os seus interesses em segurança e das demais relações. Em síntese, Estados com menores capacidades encontrar-se-ão confinados dentro de um CRS com seus vizinhos e aqueles com maiores capacidades tenderão a penetrar nas regiões adjacentes. No caso das superpotências, estas pretenderão alcançar todo o planeta.

Conforme a sua essência estrutural e anárquica, as características do CRS podem ser definidas por dois tipos de interação entre os Estados: a relação de poder e os padrões de amizade ou inimizade. A ideia de que o poder opera em uma escala regional é conhecida pelo conceito de equilíbrio de poder regional, onde poderes que não são diretamente ligados entre si, ainda fazem parte da mesma rede de relacionamentos. Assim, o CRS, como o sistema

internacional, pode ser analisado em termos de polaridade, variando desde uma configuração bipolar ou tripolar, podendo chegar a ser considerado até como multipolar. Desta forma, torna-se essencial distinguir potências regionais daquelas que atuam em níveis globais.

O segundo componente da interação entre os Estados, os padrões de amizade e inimizade, foi menos explorado na teoria das relações internacionais. Mais realístico, esses padrões são resultados de uma realidade histórica derivada de momentos remotos comuns, como dimensões socialmente construídas. Todas essas ideias funcionam nos níveis regionais, assim como nos níveis globais. Ódios históricos e amizades, assim como as edições específicas que acionam o gatilho para o conflito, tem parte na formação de um conjunto de desconfianças, ameaças e amizades que definem o CRS. Esses padrões de amizade e inimizade são influenciados por vários fatores como social, histórico, cultural, religião e geográfico, mas para uma larga extensão, eles são dependentes, e assim se tornam a melhor forma de explicação (BUZAN e WÆVER, 2003, p. 50).

Os CRS são padrões duráveis. Como subestrutura, eles podem ter efeitos mediadores entre as potências e os Estados locais, bem como a interação entre Estados da região. Os CRS constituem uma realidade social, que é mais do que a soma das partes, e assim é possível intervir entre as intenções e os resultados. Embora o CRS não exista, independentemente, dos Estados e de suas vulnerabilidades, os resultados das interações entre esses mesmos Estados, seria diferente, se não fosse pela existência do CRS. Não é um problema enraizado, mas sim a estrutura que modifica, influencia e media as ações e interações de seus integrantes.

2.3.4 – Complexos Regionais de Segurança: Uma Matriz para as Áreas de Estudo

A função mais bem estabelecida do CRS é uma estrutura empiricamente organizada de estudos da segurança regional. A teoria especifica o que procurar nos quatro níveis de análise e como integrá-los. Os quatro níveis são:

- 1) No nível doméstico dos Estados da região, particularmente nas vulnerabilidades que são geradas (o Estado é forte ou fraco devido à estabilidade da ordem interna e qual a correspondência entre o Estado e a Nação). A vulnerabilidade específica de um Estado define o tipo de medo em relação à segurança que ele tem;
- 2) As relações de Estado para Estado. (o que gera a região como tal);
- 3) As interações da região com seus vizinhos (isso era para ser relativamente limitado, onde o complexo é definido pela interação interna. Porém, se por força maior, esse padrão for alterado, esse complexo pode tornar-se significativo, e em situações de assimetria, complexos sem poderes globais podem ter ligações com seus vizinhos que tenham esse poder); e
- 4) O papel que as potências globais têm na região (a reciprocidade entre a estrutura de segurança global e regional) (BUZAN e WÆVER, 2003, p. 51).

Reunidos, esses quatro níveis constituem a constelação de segurança. Desde o primeiro desenvolvimento da teoria dos CRS, surge também a ideia dos subcomplexos como uma parcela de um complexo, a nível regional. Subcomplexos têm, essencialmente, a mesma definição do CRS, a diferença é que está firmemente incorporado a um CRS mais forte. Subcomplexos representam padrões distintos de segurança interdependente que são, no entanto, conduzidos por um padrão mais amplo que define o CRS como um todo. Subcomplexos não são características necessárias do CRS, especialmente onde o número de Estados não é relativamente elevado. O dispositivo de subcomplexos elimina muitos dos casos de distúrbios que podem ocorrer, como a sobreposição de membros entre o CRS.

A teoria dos CRS afirma que o nível regional será sempre operativo, e, às vezes dominante. Isso não significa que o nível regional será sempre dominante. Chegamos à conclusão de que os quatro níveis da constelação de segurança estão, sempre, em simultânea ação. A questão de qual nível é dominante não é definida pela teoria, mesmo em

circunstâncias particulares, deverá oscilar as probabilidades de uma forma ou de outra. Determinando o balanço entre os níveis de uma observação empírica, de um caso particular, e nesse caso, o estudo das condições do pós-Guerra Fria influenciarão os níveis de segurança regional. Assim, como no mundo individual, a psicologia individual deverá ser mais influente em explicar comportamentos em um determinado caso, já as estruturas familiares explicarão em alguns, e a sociedade nacional em outros. Porém, no mundo internacional fatores internos dos Estados deverão dominar determinadas constelações de segurança, os regionais algumas e os globais as outras.

A teoria oferece a possibilidade de uma ligação sistemática entre os estudos de condições internas, relação entre unidades na região, relações entre regiões, e a reciprocidade das regiões dinâmicas com as potências globais ativas. Oferece também uma estrutura lógica, com as hipóteses mais notáveis de que os padrões regionais de conflito moldem as linhas de intervenção pelos níveis globais de poder. A expectativa de que poderes externos serão desenhados em uma região ao longo das linhas de rivalidade. Nesse caso, os padrões regionais de rivalidade poderão alinhar-se com os poderes globais, mesmo que os padrões dos poderes globais não tenham nada a ver com a formação dos padrões regionais.

Um dos propósitos da teoria dos CRS descritivo é estabelecer uma referência para identificar e avaliar as mudanças a nível regional. Devido ao fato do CRS ser uma subestrutura durável com um importante componente geográfico, ele tem uma estrutura interna e uma fronteira externa, que pode ser utilizada para monitorar continuamente, mudar e distinguir, desde mudanças significativas a eventos menos importantes. A estrutura essencial dos CRS é dividida em quatro variáveis (BUZAN e WÆVER, 2003, p. 53):

- 1) Fronteiras, limites que diferenciam o CRS dos seus vizinhos;
- 2) Estruturas anárquicas, significando que o CRS deverá ser composto por duas ou mais unidades autônomas;

- 3) Polaridade, que estabelece a distribuição de poderes entre as unidades; e
- 4) Construções sociais das unidades, que envolvem os padrões de amizade e inimizade entre os integrantes.

A partir dessa configuração, a qualquer dado momento, serão possíveis três evoluções abertas ao CRS:

- 1) Manter o status, o que significa que não haverá mudanças significativas na essência estrutural;
- 2) Transformação interna, o que significa que mudanças na essência estrutural acontecem no contexto fora de suas fronteiras. Significa mudanças para a estrutura anárquica, a polaridade ou aos padrões dominantes de amizade e inimizade; e
- 3) Transformações externas, o que significa que as fronteiras se expandem ou contraem-se, mudando os membros do CRS, e mais provavelmente, transformando a estrutura essencial. O modo mais óbvio para isso ocorrer é se dois CRS se fundirem (BUZAN e WÆVER, 2003, p. 53).

2.3.5 Tipos de Complexos Regionais de Segurança

Os CRS podem ser classificados em dois tipos: Padrão ou Centrado. O tipo “Padrão” é formado por uma “Típica formação de Estados Westfalianos, apresentando duas ou mais potências e uma agenda predominantemente militar-política” (BUZAN & WÆVER:55). O poder é definido em termos da polaridade regional, sendo que a relação entre essas potências regionais é que estabelecerá o elemento da política de segurança do CRS. Nesse tipo, não é observada a existência de uma potência global. Pode-se, claramente, separar um CRS que se caracteriza pelas dinâmicas regionais, daqueles cujos funcionamentos são influenciados pelas grandes potências. Podem ser divididos ainda em termos de padrão de amizade-inimizade em: Conflituosos, Regimes de Segurança ou Comunidades de Segurança.

Já o tipo “Centrado” pode ser classificado de três formas:

- 1) unipolar, sendo o polo uma grande potência;
- 2) unipolar, sendo o polo uma superpotência;
- 3) centrada, mas integradas por instituições, e não por um poder regional.

Existe ainda uma quarta possibilidade de classificação⁸ apresentada pelos próprios autores. Esta quarta opção não foi incluída com uma das formas do tipo “Centrado”, por BUZAN e WÆVER (2003), devido ao fato de não terem identificado nenhum CRS centrado com estas características: “um CRS centrado unipolar, mas a potência regional não é uma grande potência no nível global”.

Um conceito fundamental e que caracteriza o tipo de CRS “Centrado” e, conforme a observação efetuada por BUZAN e WÆVER (2003), refere-se ao fato de que o elo que conecta esses três tipos de CRS “Centrado” é a ideia de que as dinâmicas de segurança de uma região são dominadas por um centro localizado dentro da própria região. Dependendo do grau de assimetria de poder existente entre os Estados do CRS “Centrado” e da forma como essa hegemonia se estabelece, esse processo acarretará um grau maior ou menor de estabilidade do CRS. Tenderá a ser mais estável se o centro estabelece um tipo aberto de hegemonia ou penetrado, onde os Estados dominados têm acesso ao processo político do “centro imperial” (BUZAN e WÆVER, 2003, p. 58).

Existe ainda a possibilidade de formação dos chamados Complexos Regionais de Segurança de Grandes Potências. Eles são híbridos das balanças de poder global e regional. Diferenciam-se dos demais CRS por duas razões:

- 1) as dinâmicas internas desses CRS afetam os cálculos globais de balanceamento, de um modo que os CRS padrão não o fazem. Se todas as grandes potências, se encontram em um CRS desse tipo, é de se esperar que o plano regional tenha pouca relevância, atribuindo mais influência à balança de poder global; e

⁸ BUZAN e WÆVER (2003) mencionam aqui apenas três tipos de CRS centrados. Entretanto, os próprios autores já haviam adicionado um quarto tipo, o CRS centrado no qual o polo não é uma potência global. A razão dele estar aqui suprimido, se dá pelo fato deles não terem encontrado nenhum CRS nesse formato.

- 2) há uma expectativa que, devido ao envolvimento de grandes potências, possa haver o transbordamento das dinâmicas dessa região para outras regiões. Sobre esse aspecto, a presença de potências de nível global em uma área tende a violar a regra que as dinâmicas de segurança inter-regionais serão geralmente fracas, permitindo a uma grande potência adjacente atuar fortemente em uma ou mais regiões vizinhas de um modo sustentável (BUZAN e WÆVER, 2003, p. 60).

Conforme essa linha de raciocínio, Buzan e Wæver resolveram chamar de Supercomplexos de Segurança, o processo no qual se observa a presença adjacente de superpotências. Assim, além daqueles níveis doméstico, regional e global, nesses casos de Supercomplexos de Segurança, a constelação de segurança deve ser complementada, adicionando-se mais um nível, o super-regional.

Há também, a possibilidade de que um CRS não se forme, devido à incapacidade dos atores da região, por alguma razão, gerarem a própria interdependência de segurança. Este fenômeno pode ocorrer nas seguintes condições:

- 1) quando ocorre a sobreposição⁹, que se caracteriza quando uma superpotência vai além da penetração, impedindo a formação da dinâmica regional de segurança, em virtude da forma como é realizada essa dominação. Após esse processo de sobreposição, constata-se a formação de novo CRS ou sua completa inviabilidade; e

- 2) quando as regiões de segurança são denominadas como desestruturadas, devido ao insulamento geográfico ou à baixa concentração de recursos dos Estados da região, o que leva a uma baixa capacidade de projeção de poder.

⁹ A sobreposição pode ser, por vezes, difícil de ser identificada, podendo ser confundida com uma *penetração* de forte intensidade. A sobreposição acontece quando há a presença significativa de forças militares de grandes potências, de maneira forçosa ou parcialmente voluntária, como a Europa Ocidental/OTAN e a Europa Oriental/Pacto de Varsóvia durante o período da Guerra Fria (BUZAN & WÆVER:61).

2.3.6 O Complexo Regional de Segurança na América do Sul

Os autores Buzan e Wæver, em suas análises, classificam o CRS da América do Sul como sendo do tipo “Padrão”, apresentando dois subcomplexos relevantes: o Cone Sul e o Norte-Andino. Conforme a teoria dos CRS, o que caracteriza essa subdivisão no CRS da América do Sul é que os subcomplexos apresentam ameaças de origem distintas, e à medida em que se desenvolvem, buscam a união.

Segundo BUZAN e WÆVER (2003), no decorrer da Guerra Fria, esse CRS não podia ser classificado como do tipo “Centrado” e também não era um complexo de uma grande potência. Era de uma formação conflituosa e, mesmo com a maciça presença dos Estados Unidos da América (EUA), não possuía características que caracterizassem o fenômeno da sobreposição.

Apresentava quatro principais fatores de segurança:

- 1) instabilidade regional;
- 2) fronteiras contestadas e especulação geopolítica entre dois ou três países;
- 3) considerações sobre balanço/hegemonia regional, principalmente envolvendo o Brasil e a Argentina; e
- 4) o envolvimento dos EUA (BUZAN e WÆVER, 2003, p. 320).

Entretanto, o propósito deste trabalho é manter o foco na análise do comportamento do CRS da América do Sul, após a Guerra Fria. Assim, este CRS passa a apresentar as seguintes características:

- 1) menos instabilidades regionais, em especial as domésticas;
- 2) maior dinâmica entre os Estados; e
- 3) a relação com os EUA passa a ser menos globalmente orientada, e passa a ser mais regionalizada.

No período pós-Guerra Fria observa-se um incremento na estabilização regional, clara tendência a se afastar dos processos de radicalismos, a transferência do poder político para os civis e as destacadas iniciativas de criação de órgãos para fomentarem os processos de integração do subcontinente.

Essencialmente nesse período, um tema que se mostrou importante para a região foi a segurança cooperativa. Até mesmo em função do que estava ocorrendo em outras partes do mundo, com invasões aos territórios daqueles países, o assunto sobre a segurança regional concentrava-se nas ameaças externas. Surge então, um primeiro choque entre essa nova postura dos países do subcontinente sul-americano com a política externa dos EUA. Sob a bandeira do combate às drogas, os EUA impuseram uma intervenção, particularmente na Colômbia, que era exatamente aquilo que os países da região estavam buscando evitar, pois a ação estava direcionada diretamente para um inimigo que era interno a uma das unidades autônomas desse CRS. Relewa ressaltar que outros dois fenômenos de securitização também assumem relevante importância na agenda dos países da região: as causas indígenas e a securitização dos movimentos sociais.

Na análise efetuada pelos autores, quando tratam sobre a possibilidade da América do Sul estar próxima de se constituir como uma comunidade de segurança, pode aparentar que exista uma certa incoerência. Em determinado trecho existe a seguinte afirmação:

[...] O Cone Sul da América do Sul está próximo de criar uma comunidade de segurança baseada na securitização, primariamente, de uma ameaça econômica externa, e disso derivando a necessidade de uma pacificação regional [...] (BUZAN e WÆVER, 2003, p. 57).

Entretanto, mais a frente, os autores afirmam: “[...] A América do Sul não tem sido uma comunidade de segurança ou qualquer coisa próxima disso [...]” (BUZAN e WÆVER, 2003, p. 304). Assim, o que podemos depreender do antagonismo dessas ideias é que ao descreverem o CRS da América do Sul, candidato a formar uma comunidade de segurança, BUZAN e WÆVER (2003), referiam-se ao subcomplexo do Cone Sul, pois registra uma

baixa incidência de conflitos entre os Estados. Porém no subcontinente como um todo, ainda são elevados o número de controvérsias em suas relações e, que ainda não foram solucionadas.

Além da possibilidade de dissociação do CRS da América do Sul, em dois subcomplexos, um no norte (Norte Andino) e outro no sul (Cone Sul) e do relacionamento com os EUA, na visão de Buzan e Wæver, existem duas outras questões fundamentais para uma compreensão desse CRS: o futuro do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e o combate às drogas na Colômbia.

Em função das peculiaridades apresentadas pelos dois subcomplexos, em um cenário crescente de distinção entre eles, na opinião dos autores, poderia conduzir à divisão do CRS da América do Sul em dois.

Já a relação do CRS com os EUA, tem-se caracterizado por uma presença adjacente. Primeiro pela decisão do próprio EUA em priorizar a sua política externa para outras partes do mundo, relegando a um segundo plano a América do Sul. E também, por não existir a opção de uma balança de poder, sem a atuação dos EUA no continente. Essa relação pode ser caracterizada como a formação de um Supercomplexo de Segurança. A proximidade continental dos EUA acaba por fundir os níveis global e inter-regional. Enfim, caracteriza uma relação de presença, porém não de sobreposição.

Conforme já mencionado, o distanciamento relativo dos EUA da região, especialmente com o término da Guerra Fria, quando a América do Sul deixou de ser uma área de atuação prioritária dos EUA, surge uma oportunidade aos países com poder potencial na região fomentarem os processos de cooperação sul-americana.

Uma das principais preocupações da região, como reflexos do atentado de 11 de setembro de 2001, sobretudo no subcomplexo Norte-Andino, foi uma mudança de postura dos EUA com relação à região, utilizando uma justificativa do nível global, vindo a intervir

militarmente para exercer o combate às drogas, com a alegação que este crime financia o terrorismo internacional.

A crise interna da Colômbia, a vulnerabilidade política de alguns vizinhos, além de disputas territoriais, com origens ainda na era colonial, têm sido ingredientes que tem comprometido a estabilidade na região, especialmente no subcomplexo Norte-Andino. Porém, uma constatação importante, que proporciona um caráter de maior estabilidade no subcontinente sul-americano, até mesmo comparativamente com outras regiões do globo, é o papel de protagonista e estabilizador, sem querer ser hegemônico, do Brasil. Tal fato é mais relevante para a estabilização, do que a presença exercida pelos EUA na região. Com o término do período de definição dos limites fronteiriços do país no final do século XIX e início do XX, o Brasil “se tornou essencialmente uma potência *status quo*, preferindo uma via diplomática e com um forte interesse na estabilidade regional” (BUZAN e WÆVER, 2003, p. 314).

Segundo BUZAN e WÆVER (2003), para se obter um diagnóstico sobre a coesão do CRS da América do Sul é necessária uma análise da atuação em conjunto em nível regional. Sobre a correlação entre os organismos de integração econômica com as perspectivas de cooperação na área de segurança, BUZAN e WÆVER (2003) afirmam que, pela perspectiva do Brasil e da Argentina, o MERCOSUL, além de ter sido criado como um bloco para uma integração econômica, funciona também com um caráter securitizador, do ponto de vista da percepção mútua de segurança dos dois maiores e mais importantes países da região, segundo os autores. Cabe ressaltar, que a obra de BUZAN e WÆVER, *Regions and Powers* (2003), é do ano de 2003. Assim, faz-se necessário comentar sobre a conjuntura atual dos países da região.

Sem perder sua importância relativa no continente, a Argentina vem passando por um processo recessivo nos últimos anos, o que acarretou ao país não figurar no cenário regional

como uma economia pujante e com boas perspectivas futuras. Contudo, além de ainda estar convivendo com a crise gerada pelas FARC, porém com canais de negociações abertos, em busca de soluções, a Colômbia vem demonstrando uma notável proeminência no espaço sul-americano. Desta forma, realizando uma leitura mais atualizada da teoria de Buzan e Wæver, podemos inferir que essa relativa alteração de polo de poder, ou mesmo o surgimento de mais um ator relevante, no CRS da América do Sul fortalecerá a coesão do CRS, em particular, do subcomplexo Norte-Andino, mesmo que apresentando uma formação com tendências mais conflituosa que a do Cone Sul. Conflitos entre Estados por razões fronteiriças, instabilidades políticas na vizinhança e, até mesmo, um aumento da presença dos EUA, devido aos problemas relativos ao combate às drogas, nos últimos anos, em particular, na Colômbia, em vez de se configurar como um dos maiores problemas do subcomplexo Norte-Andino, parece ter funcionado, às avessas, e proporcionado ao Estado colombiano uma estruturação das instituições e reconhecidos avanços no campo político, econômico e social.

Os autores BUZAN e WÆVER (2003) também afirmavam que havia o risco da separação do CRS da América do Sul em dois. Ressaltavam a importância da atuação do Brasil como protagonista regional e que serviria para manter uma unidade entre os dois subcomplexos (Cone Sul e Norte-Andino). Além da disposição do Brasil em liderar a região, porém sem ser hegemônico, do afastamento relativo dos EUA da América do Sul, em função dos últimos acontecimentos em nível global, forçando a não priorizar suas ações no subcontinente sul-americano, acrescenta-se a isso a ascensão da Colômbia no cenário regional. Sendo assim, a questão apresentada é se procede essa análise quanto ao risco de separação do CRS da América do Sul? Os argumentos acima dispostos conduzem a uma conclusão de que, embora distintos em suas características e vulnerabilidades, os subcomplexos Cone Sul e Norte-Andino continuarão a existir, porém nessa condição de subcomplexos, integrados a um CRS regional, o da América do Sul, visto que continuam

sendo apresentadas propostas de criação de órgãos de cooperação, desde econômica até na área de segurança como a UNASUL, que reforçam essa posição e refletem as tentativas de integração, ora em andamento no subcontinente.

Porém, BUZAN e WÆVER (2003) afirmam que, “a América do Sul permanecerá ainda, por um longo período, como um CRS de dois centros distintos, cada qual com sua dinâmica característica” (BUZAN e WÆVER, 2003, p. 335-336). Também afirmam que o CRS da América do Sul equilibra bem os quatro níveis característicos dos complexos regionais de segurança, mas esclarece que a dinâmica das relações na América do Sul, nunca foi devidamente polarizada, de forma a ser suficiente para propiciar o desenvolvimento de mecanismos internos de segurança entre os Estados da região.

3 CONFLITOS LATENTES NA AMÉRICA DO SUL

O propósito deste capítulo é apresentar os principais conflitos existentes, atualmente, envolvendo países da América do Sul. O objetivo é mencionar esses conflitos, aprofundando um pouco mais nas razões históricas e econômicas que servem de pano de fundo dessas hostilidades. São contendas que colocam em litígio territórios reclamados por mais de um país. Observaremos também, mesmo que sob a soberania de um Estado, espaços geográficos dominados por grupos guerrilheiros, fragilizam a atuação do Estado na relação com seus vizinhos e possibilita a presença de uma potência estrangeira no subcontinente, o que tem sido, constantemente combatido pelas nações sul-americanas. Veremos ainda que, devido ao fato de os órgãos regionais não possuírem ainda a legitimidade adequada e o poder necessário para fazer cumprir as soluções arbitradas no seu âmbito, os países da região têm recorrido a órgãos internacionais para mediar e/ou arbitrar seus contenciosos.

3.1 CONFLITO ENTRE O GOVERNO COLOMBIANO E AS FARC

Inicialmente, apresentaremos algumas considerações sobre a formação das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo (FARC-EP). Um histórico de crises políticas e instabilidade social tem marcado a Colômbia desde o início do século XIX, por ocasião da sua independência, em 1819. Como resultado desse processo de inconsistência institucional, formou-se um ambiente favorável para o surgimento de um movimento caracterizado pela ideologia marxista-leninista, com o objetivo de estabelecer um modelo de governo socialista no território colombiano¹⁰. Emergem assim, as FARC-EP, em 1964. Este movimento teve origem no meio rural e pleiteava, em função dos ideais, o rompimento das relações do Estado colombiano com os Estados Unidos da América (EUA), a melhoria na

¹⁰ As FARC e o governo colombiano: meio século de conflito. Disponível em <<https://onial.wordpress.com/2014/05/08/as-farc-e-o-governo-colombiano-meio-seculo-de-conflito/>>. Acesso em 9 jul. 2015.

distribuição da renda, o combate à corrupção e a reforma agrária. Diante das desigualdades percebidas na sociedade colombiana, cresce o apoio da população ao movimento, que surge como uma opção, na busca de melhores dias. Na década de 1990, face ao grande apoio popular, as FARC chegaram a alcançar o domínio de cerca de 40% do espaço geográfico da Colômbia.

Todo aquele apoio popular conquistado pelas FARC, por surgir como uma alternativa para os colombianos, em face das desigualdades sociais reinantes, começa a perder força. Fundamentalmente, devido à necessidade do movimento em buscar na produção de cocaína e a inserção no tráfico internacional de drogas, recursos para financiar, militarmente, a luta armada em curso. Assim, a acusação de se afastar dos princípios socialistas que os caracterizavam na sua formação, torna o movimento, gradativamente, sem o apoio da população. Os sequestros e a intensificação das práticas de guerrilhas, também aumentaram a falta de aprovação da população. Além disso, o grupo começou a enfrentar fortes críticas internacionais e foi considerado por muitos países como um grupo terrorista. No entanto, existem outros países em especial no subcontinente, que o classificam como um grupo de combatentes em busca de uma causa importante para a sociedade em que estão inseridos¹¹.

A produção de cocaína que no início financiou militarmente as FARC insere o movimento no narcotráfico internacional. As oposições internacionais ao grupo baseiam-se exatamente por considerarem o narcotráfico como a origem e a força de toda violência decorrente desse processo. Assim, por meio de um tratado bilateral entre a Colômbia e os EUA, em outubro de 2000, com o propósito de combater o narcotráfico, foi implementado o

¹¹ As FARC e o governo colombiano: meio século de conflito. Disponível em <<https://onial.wordpress.com/2014/05/08/as-farc-e-o-governo-colombiano-meio-seculo-de-conflito/>>. Acesso em 9 jul. 2015.

Plano Colômbia”¹². As operações militares engendradas a partir desse acordo foram essenciais no combate ao grupo e tiveram influência decisiva para conter o avanço das FARC.

Em termos de números, o conflito é marcante. Considerado o mais antigo conflito sul-americano, completou mais de 50 anos de hostilidades. Soma-se ao conflito em si, o elevado número de mortes, cerca de 60 mil e produziu o envolvimento de outros países, não se limitando àqueles que possuem fronteiras com o Estado colombiano.

Uma constatação relevante refere-se aos resultados alcançados pelo plano. Após 10 anos de implementação, o sucesso almejado no combate ao narcotráfico não foi atingido. Por meio de medidas políticas obteve-se uma redução de cerca de 50% do cultivo de coca no país, além de desarticular grupos que se instalaram nos limites fronteiriços com países vizinhos. Entretanto, na outra vertente de implementação do plano, as operações militares conseguiram desestruturar a organização das FARC, retardando as suas ações.

Desde a data de surgimento desse movimento guerrilheiro, em 1964, observam-se alterações da postura do governo da Colômbia diante do conflito com as FARC, conforme o posicionamento político-estratégico determinado pelo presidente colombiano no exercício do cargo. Houve governos na Colômbia que fizeram a opção em buscar uma solução pacífica e negociada das contendas. Em contrapartida, outros chefes de governo, por considerarem as FARC um movimento de terroristas, adotaram providências repressivas contra o grupo, por meio de operações eminentemente militares, com o propósito de encontrar uma solução para o conflito¹³. Entretanto, os registros históricos mostram que a interação entre o governo colombiano e as FARC apresenta diversas propostas de acordos frustrados, caracterizados, ora por momentos de relativa paz, ora por fases de agravamento da violência.

¹² O Plano Colômbia foi um plano criado pelo governo dos Estados Unidos em 2000. Destinou-se oficialmente para combater a produção e o tráfico de cocaína na Colômbia, porém tem o também propósito de desestruturar as guerrilhas de esquerda, como as FARC, com ajuda financeira e militar dos EUA ao governo colombiano.

¹³ As FARC e o governo colombiano: meio século de conflito. Disponível em <<https://onial.wordpress.com/2014/05/08/as-farc-e-o-governo-colombiano-meio-seculo-de-conflito/>>. Acesso em 9 jul. 2015

O ambiente torna-se propício às negociações porque, após décadas de conflito, caracterizado pelo acirramento da violência por ambas as partes, observa-se o acentuado desgaste do apoio popular ao movimento das FARC pela sociedade colombiana. É notório também o enfraquecimento das FARC nos últimos anos, em virtude da forte política do governo da Colômbia fundamentada no combate ao movimento, por meio de operações militares. Essa postura do Estado colombiano, de certa maneira, obriga o grupo guerrilheiro a concentrar as suas ações no campo político, em detrimento das campanhas militares. Desta forma, em uma das tentativas de negociação entre o governo colombiano e representantes das FARC, no ano de 1980, nas tratativas para um acordo de paz, o grupo de guerrilheiros decidiu apoiar a criação de uma vertente política do movimento, a União Patriótica (UP)¹⁴.

Outras tentativas de negociações para a paz também fracassaram. O governo da Colômbia apresentou como justificativa para não se chegar a um acordo, o fato do grupo de guerrilheiros utilizar o ativismo político para revigorar a componente armada do movimento. Já as FARC, imputava ao governo colombiano a incapacidade de promover a reintegração dos ex-guerrilheiros à sociedade. Em função dessas causas serem apresentadas como a razão do fracasso das tentativas de paz, as partes se comprometeram em apresentar questões mais realistas, para que o processo de negociação tivesse continuidade. Assim, fica clara a complexidade do conflito na Colômbia. Ele se caracteriza por, além de apresentar um confronto tipicamente militar, é fortemente influenciado por aspectos do campo político, econômico e social.

Após descrever, brevemente, as origens e alguns aspectos mais relevantes do conflito das FARC com o governo colombiano, chegamos ao ponto mais importante deste trabalho referente ao assunto em questão – as negociações para a paz. Ao tecer alguns comentários sobre tais negociações, um fato digno de registro é que os interlocutores das partes em

¹⁴ As FARC e o governo colombiano: meio século de conflito. Disponível em <<https://onial.wordpress.com/2014/05/08/as-farc-e-o-governo-colombiano-meio-seculo-de-conflito/>>. Acesso em 9 jul. 2015.

conflito iniciaram os primeiros contatos em locais fora do subcontinente sul-americano. Em primeiro lugar, Havana (Cuba). Após alguns encontros, ficou definido que em reuniões seguintes seria celebrado um acordo, no qual seriam definidos os assuntos a serem abordados e as regras para os procedimentos. Apesar das negociações terem a participação de dois países sul-americanos, Venezuela e Chile, os encontros ocorreriam, além de Havana (Cuba), também na cidade de Oslo (Noruega), com a mediação também desses dois países. Chama a atenção o fato de o Brasil, um país que possui as condições e almeja uma posição de liderança na América do Sul, não sediar nem participar das tentativas de se encontrar um acordo de paz, em um conflito tão relevante para região.

Apesar de se caracterizar pela lentidão dos avanços práticos das negociações de paz, o processo apresenta um aspecto positivo, que é o apoio popular pela estabilização do país, aspecto fundamental para a continuidade das rodadas de negociação. Cerca de 82% da população tem o desejo de que esses encontros pela paz perdurem e acreditam, juntamente com alguns órgãos da comunidade internacional, em particular da ONU e UNASUL, que novas reuniões serão realizadas com o propósito de solucionar este conflito.

As últimas reuniões sobre o processo de paz têm obtido resultados animadores¹⁵, pois têm ocorrido em um ambiente pacífico com boas perspectivas de chegar a acordos bilaterais, embora as FARC tenham se caracterizado por atuar de forma violenta, durante cinco décadas.

Na figura 1 temos uma das regiões que é o foco das negociações no momento é de essencial valor estratégico para a Colômbia. Está localizada a oeste, na zona rural do país. Possibilita à Colômbia ter acesso ao Oceano Pacífico e ao Mar do Caribe, e onde estão os limites fronteiriços terrestres do país com a América Central.

Considerável parcela do território colombiano, cerca de 60%, é composta por planícies, cobertas por florestas com reduzida incidência de exploração. Essas regiões também

¹⁵ As FARC e o governo colombiano: meio século de conflito. Disponível em <<https://onial.wordpress.com/2014/05/08/as-farc-e-o-governo-colombiano-meio-seculo-de-conflito/>>. Acesso em 9 jul. 2015.

são caracterizadas pela baixa ocupação populacional. Sendo assim, existem outras áreas sob a influência das FARC, que apresentam severas deficiências de controle, monitoramento e possibilitam a prática de atividades ilícitas. Desta forma, tem sido local e caminho para a plantação de coca e o tráfico de cocaína, respectivamente (figura 1).

FIGURA 1
Áreas de influência das FARC



Fonte¹⁶:

Nesse contexto de comércio ilegal de entorpecentes em regiões de fronteiras, passa a ser motivo de preocupação para todos os vizinhos do Estado colombiano, inclusive o Brasil, visto que essas atividades ilícitas ultrapassam os limites do país e acarretam problemas de toda ordem, também, para os Estados contíguos (figura 1).

Espera-se do governo da Colômbia firmeza nas ações desenvolvidas nas regiões de fronteiras, bem como uma atuação decisiva em busca do processo de paz tão almejado pela população do país, como das de seus vizinhos. Caso o governo colombiano não seja capaz de atuar de maneira positiva, com o propósito de impedir o crescimento desordenado dessas

¹⁶ Disponível em < <https://onial.wordpress.com/2014/05/08/as-farc-e-o-governo-colombiano-meio-seculo-de-conflito/>>. Acesso em 9 jul. 2015.

atividades ilegais, em zonas de fronteiras, a consequência é perversa para o país e também para os seus vizinhos. Proporciona a falta de confiança para a instalação de empresas multinacionais e dos investimentos externos, contribuindo para frear o tão esperado desenvolvimento dos países do continente, assim como o aumento da cooperação, construção da confiança entre os Estados e desejada integração regional.

3.2 CONFLITO ENTRE A VENEZUELA E A GUIANA - ESSEQUIBO

Esta é uma disputa territorial, desde que a atual Guiana era colônia britânica e permanece presente até os dias atuais. Para se ter uma verdadeira noção da extensão do objeto do conflito em questão, a região de Essequibo, território questionado pela Venezuela, corresponde a cerca de 160 mil km², aproximadamente, dois terços do território atual da Guiana.

Desde a época da colonização os limites territoriais da Guiana passaram por diversas alterações, conforme o desenvolvimento das guerras europeias nos séculos XVII e XVIII. O contorno geográfico atual da Guiana compreende o território das três colônias originais fundadas pelos holandeses, denominadas de *Berbice*, *Demerara* e *Essequibo*, que correspondem exatamente aos nomes dos rios existentes em cada uma dessas colônias. Esta última é praticamente a região reivindicada pela Venezuela.

A região foi finalmente ocupada pelos britânicos, após ficar sob o controle de outras potências europeias da época, como resultado das guerras que se desenrolaram na Europa. Por meio do Tratado de Londres¹⁷, em 1814, britânicos e holandeses decidiram que as colônias de *Berbice*, *Demerara* e *Essequibo* passariam para o domínio britânico com o pagamento de dois

¹⁷ O tratado retornou as possessões coloniais dos holandeses como eles estavam em 1º de janeiro de 1803, antes da eclosão das Guerras Napoleônicas, nas Américas, África e Ásia, com as exceções do Cabo da Boa Esperança e os assentamentos da América do Sul de *Demerara*, *Essequibo* e *Berbice* (mais tarde consolidou como Guiana Inglesa), onde o holandês manteve os direitos de negociação[...]. Os britânicos e os holandeses concordaram em gastar £ 2.000.000 cada na melhoria das defesas dos Países Baixos.

milhões de libras esterlinas aos Países Baixos. Outros encargos e os litígios decorrentes do tratado, tornaram-se objeto do tratado anglo-holandês de 1824.

Assim, em 1831, os britânicos promoveram a união das três colônias originais com a designação de Guiana¹⁸ Inglesa, dando origem ao território atual. Após a unificação a Grã-Bretanha contratou uma expedição com destino ao interior da região, com o propósito de definir os limites das fronteiras. Como resultado dessas viagens foram estabelecidas as linhas limítrofes, logicamente, atendendo às aspirações políticas britânicas, assegurando que a colônia inglesa iniciava a leste, no rio Courantyne, fronteira com o território do atual Suriname, e se estendia para oeste até a foz do rio Orinoco. Essa delimitação gerou, inclusive, uma contenda fronteiriça com o Brasil, a chamada Questão do Pirara¹⁹. Em 1904 por meio da arbitragem²⁰ italiana, chegou-se ao estabelecimento definitivo da fronteira entre os países.

Houve contestação também por parte da Venezuela referente aos limites propostos pela expedição britânica, sob a argumentação de que as primeiras ocupações da região relativa à colônia de Essequibo teriam sido realizadas por missões espanholas, assim seriam por direito de posse da Venezuela, a partir da sua independência. Outra alegação apresentada pelos venezuelanos deriva do fato de que o estabelecimento do marco limítrofe dos territórios deveria ser realizado em comum acordo, entre as partes, e não de forma imposta, unilateralmente, por meio de expedições contratadas pela Grã-Bretanha. Certamente, uma das

¹⁸ Guiana: os povos indígenas locais já chamavam a região de “Guiana”, que significa “terra de muitas águas”, devido ao grande número de rios na área.

¹⁹ A Questão do Pirara foi um conflito diplomático que iniciou com Portugal (depois o Brasil) e Inglaterra iniciado no início do século XIX e terminado em 1904, com a incorporação de uma parte e a cessão de outra, pelo Brasil, do território disputado entre os dois países. Envolve a posse de territórios que hoje se situam entre o estado de Roraima e a República Cooperativa da Guiana. A questão envolveu a diplomacia internacional, a advocacia e vários anos sem uma definição final. Essa disputa diplomática se prolongou até 1898, final do século XIX, até que o Brasil acatou a proposta de submeter a questão ao governo italiano que atuaria como árbitro. Joaquim Nabuco foi o indicado brasileiro para acompanhar o julgamento, que seria feito pelo rei italiano Vitorio Emanuel III. Em 1904 a decisão foi tomada pelo rei italiano: 19.630 km² seriam cedidos pelo Brasil à Inglaterra (somando territórios para a Guiana), e 13.570 km² seriam incorporados ao Brasil, definindo assim, os limites da fronteira.

²⁰ Em casos de utilização da arbitragem como mecanismo de solução pacífica de controvérsias internacionais, de acordo com os costumes do Direito Internacional Público, a execução da sentença é sempre obrigatória.

razões para o litígio é a existência de recursos minerais, dentre os quais se destacam bauxita, ouro e urânio, além de outros recursos naturais, assim como o potencial hídrico, tanto para o consumo como para aplicação hidrelétrica. Ressalta-se também que, pela proximidade do delta do rio Orinoco na Venezuela, no mar, essa região também é rica em petróleo. Esta descoberta alterou significativamente, o posicionamento das duas partes perante a soberania desse território, gerando essa contenda que se estende até os dias atuais.

Surge em cena os Estados Unidos da América que, com a intenção conter a colonização europeia nas Américas, articulou com a coroa britânica e com a Venezuela, a possibilidade de uma solução consensual, que se materializaria no Tratado de Washington²¹ de 1897. O acordo estabelecia a criação de um tribunal arbitral, com a previsão de se reunir em Paris contando com a participação de juristas indicados por ambas as partes e com o propósito de decidir sobre a delimitação fronteiriça dos territórios da Venezuela e da Guiana Inglesa. O tribunal publicou, em 1899, o Laudo de Paris²² contendo o resultado que definiu as fronteiras territoriais entre os dois países, limites esses que perduram até os dias atuais. As duas partes ratificaram a sentença do tribunal arbitral, sendo que a Venezuela referendou a sua decisão em 1907. Decorridos mais de seis décadas, a questão é suscitada pelo governo venezuelano fundamentado no argumento de que “o laudo trazia muitos equívocos²³ e não possuía nenhuma sustentação jurídica (NETO, 2012)²⁴. Desta forma, o governo da Venezuela

²¹ Ocorrido em 02 de fevereiro de 1897 no seu preâmbulo explica que foi instituído para buscar uma solução amigável da questão que tem surgido entre os governos dos Estados Unidos da Venezuela e da Colônia da Guiana Inglesa. Designou de imediato um tribunal arbitral para determinar a linha divisória para a região em litígio de Essequibo entre os Estados envolvidos.

²² Foi a decisão do tribunal de arbitragem reunido em Paris, 03 de outubro de 1899. Criado há dois anos, conforme estabelecido no Tratado de Arbitragem de Washington para definir as linhas limítrofes dos territórios Venezuela e da Guiana Inglesa, que haviam concordado em arbitrar a disputa internacional como um mecanismo de resolução amigável sobre a fronteira.

²³ Ao longo do segundo governo do venezuelano Rómulo Betancourt (1959-64), com o apoio do presidente, um grupo de especialistas concluiu que “o laudo trazia muitos equívocos e não possuía nenhuma sustentação jurídica”. Consta no Tratado de Washington que, além de dos dois juristas da parte da Venezuela terem sido de nacionalidade norte-americana, o país escolheu apenas um deles, o outro tendo sido escolhido pelos Estados Unidos. Por outro lado, os dois árbitros da parte da Grã-Bretanha foram escolhidos pelos ingleses e eram de nacionalidade britânica, situação que poderia ser considerada como prejudicial à Venezuela (S:13).

²⁴ A questão fronteiriça entre a Guiana e Venezuela e a integração regional na América do Sul. 2012. Disponível em <<http://ser.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/download/26359/>>. Acesso em: 27 mar. 2015.

decidiu, em 1962, considerar perante a Organização das Nações Unidas (ONU), o referido laudo como sem efeito. A partir de 1965, a região de Essequibo (figura 2), passa, oficialmente, a ser considerada como “Zona em Reclamação” do território da Venezuela.

Mais um ingrediente para aumentar as tensões sobre a região foi a descoberta de petróleo pela empresa Exxon Mobil Corporation, em sociedade com o governo da Guiana, em um bloco localizado na projeção marítima do litoral da Guiana, na região de Essequibo, que corresponde a 62% do território do país. É exatamente na costa da região que está sendo reivindicada pela Venezuela, sendo inclusive incluída nos mapas geográficos oficiais do país (NETO, 2012).

FIGURA 2

Território de Essequibo



Fonte²⁵: wordpress

Em 17 de julho de 2015, em uma reunião de cúpula dos chefes de Estado do MERCOSUL, em Brasília, um episódio protagonizado pela Presidente da República do Brasil marcou o almoço de encerramento do encontro. Segue abaixo, a transcrição da reportagem sobre o ocorrido:

²⁵ Disponível em <https://caracaschronicles.files.wordpress.com/2015/06/ciaguyana.jpg>. Acesso em 18 jul. 2015.

A reunião entre a presidente Dilma Rousseff e o presidente da Guiana, David Granger, nesta sexta-feira (17 jul. 2015), irritou o presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, que foi embora da reunião da cúpula de chefes de Estado do Mercosul antes mesmo do almoço de encerramento do encontro. Maduro queria participar da reunião entre Dilma e Granger, que tratava justamente de uma rusga entre Guiana e Venezuela. Os dois países enfrentam uma crise diplomática após a descoberta de jazidas de petróleo no território de Essequibo, na região fronteira, e Granger pediu uma audiência bilateral para que o Brasil ajude na mediação do impasse. O presidente venezuelano chegou, inclusive, antes do previsto ao Palácio Itamaraty, em Brasília, para tentar fazer parte da audiência, mas não conseguiu. A chegada antecipada foi inicialmente interpretada como um erro do cerimonial, que havia estabelecido uma ordem para a entrada dos chefes de Estado a serem recebidos na entrada por Dilma. O primeiro seria Evo Morales, presidente da Bolívia, não Nicolás Maduro. O diplomata que acompanhava a comitiva da Venezuela não conseguiu convencer Maduro a cumprir o roteiro[...]. Na saída disse a jornalistas que Granger “é um grande provocador”, que “deixou de governar” para criar conflitos com o país vizinho[...]. O Brasil prometeu mediar uma negociação entre Venezuela e Guiana para resolver o impasse²⁶.

A descoberta de novas riquezas naturais, provavelmente, aumentará a tensão sobre a questão em litígio, a região de Essequibo. A Venezuela e a Guiana são parceiros, junto aos demais países da região, de um processo de integração da América do Sul, cuja concretização vem ocorrendo por meio da UNASUL. O Brasil, que reúne as capacidades para assumir um papel de liderança regional, não deve demonstrar inabilidade nas relações com os países e deixar de ser transparente nas reuniões com uma das partes e causando o incidente diplomático, conforme transcrito acima, em Brasília. Talvez seja o momento oportuno para que contendas dessa natureza encontrem instrumentos concretos para resolver, definitivamente esses litígios, proporcionando um ambiente de concordância entre os países do subcontinente, reforçando a cooperação, aumentando a confiança entre os Estados, em busca do fortalecimento da UNASUL e seus órgãos constitutivos, sob a liderança do Brasil.

3.3 CONFLITO ENTRE BOLÍVIA – CHILE – PERU

Uma das questões de fronteiras mais antiga do subcontinente sul-americano remonta ao século XIX, na chamada Guerra do Pacífico²⁷ (1879-1883), em que foram envolvidos a

²⁶ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/07/1657343-maduro-abandona-almoco-do-mercosul-apos-se-irritar-com-dilma.shtml>. Acesso em 18 jul 2015.

²⁷ A Guerra do Pacífico ocorreu entre os anos de 1879 e 1884. O confronto, entre as forças do Chile e a aliança de Bolívia e Peru, tinha como objetivo principal conquistar o controle de territórios ricos em minério, parte do Deserto do Atacama. Ao longo da guerra, o Peru perdeu a província de Tarapacá e a Bolívia ficou sem

Bolívia, Chile e Peru. Bolivianos e peruanos, que eram aliados no conflito, com a derrota, perderam território para os chilenos. Até os dias atuais, existem reflexos desse conflito, sempre questionando a soberania do Estado chileno sobre os territórios conquistados. Bolívia e Peru tiveram que ceder territórios que são ricos em recursos naturais, mas a perda territorial boliviana é muito mais sentida, com a privação do acesso ao mar, principalmente nos dias de hoje, em que grande parcela do comércio global é realizada por meio marítimo. No ano de 2013, o Estado boliviano apresentou uma representação na Corte Internacional de Justiça pleiteando o compromisso do governo chileno em iniciar negociações referente ao acesso soberano da Bolívia ao Oceano Pacífico (WIGGERS, 2014).

Em síntese, a Guerra do Pacífico teve o início das discórdias entre os países, mais uma vez fomentadas por potências de fora do continente, agindo dentro do modelo colonial existente à época. A região em questão, que é parte do deserto de Atacama é rica em recursos naturais. Os recursos daquela região eram explorados por empresas chilenas com o controle do capital britânico. Incomodados com a exploração de recursos minerais em suas terras, por empresas estrangeiras, a Bolívia que possuía soberania sobre aquele território decidiu aumentar a taxa sobre a exploração dos recursos naquela área. Com a recusa das empresas em cumprir com o pagamento do aumento de taxa, o governo da Bolívia divulgou a possibilidade de rescisão dos contratos e de tornar indisponíveis todas as propriedades das empresas. O Estado chileno insuflado pelo governo britânico agrava a crise, o que gerou o confisco dos bens da empresa pelo governo boliviano, gerando mais tensão e se transformando em uma disputa diplomática e, chegando a sua fase mais tensa, com a deflagração da guerra.

acesso ao oceano Pacífico. A perda boliviana é um problema com grande viés político que se arrasta até os dias atuais, uma vez que em sua Constituição há o desejo de recuperação do acesso ao mar. Por isso, a guerra do Pacífico ficou conhecida como "A guerra em que a Bolívia ficou sem mar". Foram assinados diversos tratados que resultaram no fim dos impasses entre os países. Um tratado, em 1866, estabelecia limites territoriais entre Chile e Bolívia e em outro, de 1884, os bolivianos cederam à costa pacífica ao Chile, com as reservas de cobre e nitratos. Disponível em <<http://www.oieduca.com.br/biblioteca/que-dia-e-hoje/comeca-a-guerra-do-pacifico-entre-chile-bolivia-e-peru.html?sniveleduca=efaf>>. Acesso em: 18 jul. 2015.

boliviano fica com os limites de seu território restrito às fronteiras em terra, perdendo definitivamente, o acesso ao Oceano Pacífico. Este tratado deu cabo a uma trégua de vinte anos, porém o resultado foi o prenúncio de uma batalha diplomática que está apenas iniciando.

Após diversas tentativas, as negociações reiniciaram. Os resultados desses encontros caracterizaram-se, sempre, pelo fracasso. Em algumas oportunidades, os descontentamentos com o andamento das negociações geraram o rompimento diplomático entre Bolívia e Chile, também por iniciativa do Estado boliviano, por não ter sido atendido, nas reivindicações de obter um livre acesso ao litoral do Oceano Pacífico. Na figura 4 abaixo, o mapa com a configuração atual das fronteiras do Estado boliviano após a Guerra do Pacífico (WIGGERS, 2014).

FIGURA 4

Fronteiras da Bolívia, Chile e Peru após a Guerra do Pacífico



Fonte³⁰:

A mais recente tentativa de negociações referente ao Tratado de Paz e Amizade ocorreu no ano de 2006 e registrou, novamente, mais um fracasso como resultado. Dessa vez,

³⁰ Disponível em <http://www.naval.com.br/blog/wp-content/uploads/2009/05/0323bolivia1.gif>. Acesso em 9 jul. 2015.

o que a torna diferente das demais tentativas anteriores é o fato de que o governo da Bolívia comunica publicamente que reivindicará o legítimo direito de livre e soberano acesso do Estado boliviano ao Oceano Pacífico, por meio de uma moção contra o Chile, à Corte Internacional de Justiça³¹ (CIJ). A concretização desse ato aconteceu no dia 24 de abril de 2013. O Estado boliviano processou o Estado chileno na CIJ, com o propósito de encontrar uma forma para que as negociações com o Chile fossem retomadas. Novamente, o ponto fulcral dessa mais nova tentativa é sobre o acesso livre e soberano ao Oceano Pacífico (WIGGERS, 2014).

Em abril de 2014, o governo boliviano ratificou o seu pleito junto ao Tribunal Internacional. Referente a essa nova empreitada da Bolívia, o governo chileno divulgou uma declaração que, ao que tudo indica, retorna ao ponto inicial da contenda, fazendo menção ao Tratado de Paz e Amizade, que definiu os contornos fronteiriços dos países e que decretou a perda do acesso ao mar para o Estado boliviano. Segue a declaração do governo chileno:

As relações entre Chile e Bolívia devem sustentar-se em princípios e valores permanentes, os quais o Governo do Chile reafirma neste momento, no marco de relações de boa vizinhança e no irrenunciável respeito ao direito internacional e ao Tratado de Paz e Amizade de 1904 que fixou definitivamente as fronteiras entre os dois países³².

Desde a época da descolonização a delimitação dos territórios de Bolívia e Chile apresentam obstáculos. Constituem Estados que possuem origem colonial semelhante, mas devido à disputa territorial, não estão sendo capazes de manter uma relação pacífica e de certa forma, contribuindo para comprometer a segurança coletiva do continente. O diagnóstico que se pode expor é o de que, apesar das diversas tentativas de encontros, conversas e acordos, desde o Tratado de Paz e Amizade, a atuação da diplomacia de cada país tem se mostrado

³¹ A Corte Internacional de Justiça (CIJ) é o principal órgão das Nações Unidas, criada em junho de 1945, com a Carta das Nações Unidas. Os trabalhos da Corte iniciaram-se em abril de 1946. A sede da Corte localiza-se no Peace Palace, em Haia (Holanda) [...]. O papel da Corte é o de apresentar soluções, em conformidade com as leis internacionais, para conflitos judiciais impetrados pelos Estados, além de emitir pareceres acerca de questões legais que lhe são submetidas por órgãos das Nações Unidas e por agências especializadas. Disponível em <<https://www2.cjf.jus.br/jspui/handle/1234/43115>>. Acesso em: 18 jul. 2015.

³² Bolívia e Chile: a questão do acesso soberano ao mar, resquícios da Guerra do Pacífico. Disponível em <<https://onial.wordpress.com/2014/07/11/bolivia-e-chile-a-questao-do-acesso-soberano-ao-mar-resquicios-da-guerra-do-pacifico/>>. Acesso em 9 ago. 2015.

ineficaz para conduzir as negociações que resultem em soluções aceitáveis para as partes. Em síntese, ambos os Estados têm se mostrado incapazes de encontrar, sozinhos, uma solução pacífica para as controvérsias. Pode ser a oportunidade dos organismos de cooperação e integração da América do Sul entrarem em cena e buscar uma solução que seja produzida pelos países da região e atenda aos interesses das partes.

Um fator bastante relevante no conflito é a firme posição da Bolívia de obter um território soberano com acesso ao Oceano Pacífico. Qualquer concessão que seja proposta pelo Estado chileno, que não atenda à essa questão, estará condenada ao fracasso como todas as anteriores.

O governo chileno tem se mostrado irredutível nas suas ações diplomáticas, quando se trata da concessão de território para a Bolívia, fazendo sempre alusão aos termos do Tratado de Paz e Amizade que definiu os limites fronteiriços dos dois países, ainda em nome da integridade territorial e interesses nacionais do país. A contrapartida apresentada pelo Chile é ampliar ao comércio boliviano, o trânsito por seu território e utilização dos portos do país. Como podemos concluir, em função das posições apresentadas pelo governo da Bolívia, esta proposição não atende aos interesses do país (WIGGERS, 2014).

Recentemente, uma decisão³³ da Corte Internacional de Justiça renovou as esperanças bolivianas e reforçou, na visão do país, que a estratégia de levar a questão para a Corte Internacional era acertada. Uma contenda que há vários anos sem uma solução foi decidida pela Corte Internacional de Justiça, que delimitou o contorno do litoral entre o Peru e o Chile. O tribunal de Haia, órgão da ONU, arbitrou em favor do Peru parte da área em disputa do litoral dos dois países no Oceano Pacífico. Entretanto, manteve no território do Chile uma rica região pesqueira. Para as decisões da Corte não existe recurso e o cumprimento é obrigatório. Os governos do Chile e do Peru confirmaram que respeitariam e cumpririam a decisão da

³³ No dia 27 de janeiro de 2014 uma decisão da Corte concedeu ao Peru, que também recorreu a ela quanto a perda de acesso à região, direitos soberanos de acesso ao mar acima dos limites das 80 milhas marítimas.

Corte. Notoriamente, por parte da delegação que representava os interesses do Estado peruano, além da questão econômica, uma batalha diplomática pelo orgulho nacional, em função da derrota na Guerra do Pacífico (1879-1883), perdida pelo Peru e sua aliada Bolívia. Naquela ocasião o Peru acabou ficando sem duas províncias do seu território e a Bolívia ficou sem o território que permitia o acesso ao Oceano Pacífico - e agora também recorre na Corte Internacional³⁴. Na figura 5 abaixo, um mapa com a nova configuração das fronteiras marítimas entre o Chile e o Peru, após a decisão da CIJ:

FIGURA 5

Nova configuração das fronteiras marítimas entre o Chile e o Peru



Fonte³⁵: Veja

Este tipo de conduta contribui para o enfraquecimento dos órgãos de cooperação regionais, não reforça a relação entre os Estados e não colabora para a construção da confiança mútua entre os países, dificultando ainda mais a solução pacífica das controvérsias.

Existem ainda no espaço sul-americano outras ocorrências que também não contribuem para a tão almejada integração regional:

- a) A instabilidade na fronteira marítima entre Colômbia e Venezuela. Não é um conflito recente e, eventualmente é observado o agravamento da crise entre os países. A Venezuela aprovou a criação de quatro Zonas Operacionais de Defesa

³⁴ <http://veja.abril.com.br/noticia/mundo/cij-traca-nova-fronteira-maritima-entre-peru-e-chile/>

³⁵ <http://veja.abril.com.br/noticia/mundo/cij-traca-nova-fronteira-maritima-entre-peru-e-chile/>

Integral Marítima e Insular. Em função deste decreto do governo venezuelano, a chancelaria colombiana apresentou à embaixada da Venezuela em Bogotá, uma nota de protesto contra tal imposição;

- b) Uma missão diplomática chinesa apresentou ao Brasil, Colômbia e Peru um projeto de investimentos da China na América do Sul. Estudos técnicos estão em andamento para verificar a viabilidade da construção de uma ferrovia que permita a ligação do Oceano Atlântico, com o litoral do Oceano Pacífico na costa peruana, passando pela região centro-oeste do Brasil, Amazônia e a Cordilheira dos Andes. Uma ligação estratégica para o continente, vislumbrada por geopolíticos brasileiros do século XX. Para o Brasil é uma forma de reforçar os laços com a China, ampliando as relações dos BRICS. Em contrapartida, a influência de uma potência global na região não é do interesse do Brasil, como liderança regional;
- c) Uma ocorrência recente foi a violação da soberania do Paraguai, pelas Forças Armadas e agências governamentais brasileiras na fronteira entre os dois países. O fato causou um desconforto diplomático. Com o Paraguai existe também a questão dos “brasiguaios” e as suas terras. A delegação do Paraguai no MERCOSUL externou a percepção paraguaia do Brasil: “um descendente do imperialismo opressivo e herdeiro do colonialismo português” e afirmou que esta operação desencadeada pelo governo brasileiro na faixa de fronteira com o Paraguai demonstra um “esforço colossal” da arrogância das forças de segurança brasileiras.

4 ORGANISMOS DE COOPERAÇÃO ENTRE PAÍSES DA AMÉRICA DO SUL

Neste capítulo serão apresentados os principais mecanismos de cooperação instituídos no âmbito da América do Sul, no alvorecer do século XXI, que de certa maneira expressam mais uma tentativa de engendrar organismos regionais, com o propósito de desenvolver a confiança mútua entre os Estados componentes e fomentar a solução pacífica das controvérsias ainda existentes no subcontinente, que atuam como um dos fatores que impedem o avanço da integração regional.

4.1 A UNIÃO DAS NAÇÕES SUL-AMERICANAS

Baseado nesse caminho sugerido pela teoria dos CRS, o importante agora é tentar buscar elementos que nos auxiliem a compreender como a formação de um bloco bastante abrangente nos seus princípios como a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), pode explicar o que ocorreu na dinâmica de segurança do subcontinente sul-americano. Cabe ressaltar que a articulação dos Estados na constituição desse organismo conferia ações integradas nos campos cultural, social, econômico e político pelos doze países da região. Também é relevante apontar e nos induz a verificar, como decorrência dessa tentativa maior de integração, a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) e seus reflexos para as áreas de segurança e defesa na América do Sul.

Embora já apresentasse problemas há algum tempo, ficou ainda mais evidente a fragilidade do modelo de segurança vigente em todo continente americano, capitaneado pelos Estados Unidos da América (EUA), após o fim da Guerra Fria, da intensificação do processo da globalização, e do surgimento de um fenômeno, normalmente empreendido por meio de atores não-estatais, o que convencionou-se chamar de “novas ameaças”³⁶.

³⁶ Novas ameaças – No plano das Relações Internacionais é recorrente a vinculação de segurança internacional com questões estratégico-militares. Contudo, desde a década de 1960, com a ascensão das

Os EUA estabeleceram novas prioridades para as suas ações externas, após o atentado terrorista de 11 de setembro de 2001³⁷. A essa nova postura norte-americana, caracterizando um claro desengajamento com a região sul-americana, acrescenta-se o crescente desgaste do modelo de segurança coletiva existente no continente, no período anterior a esse acontecimento, que podem ser exemplificados pela relativa inoperância do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR)³⁸, a Junta Interamericana de Defesa (JID)³⁹ e até da própria OEA, nas questões de interesse da região. Como consequência desse processo de esvaziamento da liderança dos EUA na América do Sul, resultado da priorização da política externa norte-americana para outras partes do mundo, emerge no espaço geográfico sul-americano, um ambiente propício para consolidar o desenvolvimento de políticas mais independentes, oriundas de um sentimento de autonomia maior para os países do subcontinente.

Ainda nesse caminho das alterações ocorridas na agenda internacional pós-setembro de

preocupações econômicas, sociais e ambientais na agenda internacional, o conceito de segurança passa a ser associado a tais questões, até se chegar a proposta de Segurança Humana na década de 1990. Com o fim da Guerra Fria, além das questões estratégico-militares, assuntos como meio ambiente, pobreza e exclusão social inseriram-se na discussão sobre segurança internacional. A agenda se ampliou e as ameaças tornaram-se transnacionais. O Estado já não é mais o único ator nas questões de segurança e necessita de uma maior cooperação para fazer frente a esta nova agenda. Disponível em <

³⁷ Terrorismo nos EUA: 11 de setembro de 2001 - As ações terroristas têm como principal objetivo derrubar o poder estabelecido. Os ataques terroristas originam-se nas relações sociais de dominação. Os dominados geralmente adotam o terror como tática para conseguir seus objetivos. As ações utilizadas pelos terroristas, as chamadas táticas de terror, não são em nada ortodoxas, são atos radicais que quase sempre causam repulsa e ódio da população, como o atentado terrorista que ocorreu nos Estados Unidos da América, no dia 11 de setembro de 2001.

³⁸ TIAR - Celebrado a 21 de setembro de 1947 na cidade do Rio de Janeiro, abordando a criação de um acordo de defesa militar mútua. Ratificado por 22 países das três regiões do continente americano, este documento visava unir os países da área contra eventuais ataques, estando cada um dos assinantes comprometidos a partir de então, com a defesa dos parceiros signatários. Foi concebido, em um mundo recém-saído da sangrenta Segunda Guerra Mundial, com as superpotências, URSS e EUA já tomando posições para protagonizar a Guerra Fria. Por isso mesmo, é visto como uma tentativa de unir os países da América filosófica e militarmente, mobilizando-os em torno de um objetivo comum, onde se pregava uma cooperação, mais teórica do que prática, fazendo com que todos os governos do continente se unissem contra o comunismo soviético, por este ser um elemento "alienígena" ao ideário de liberdade americano.

³⁹ JID - Criada em 30 de março de 1942, a Junta Interamericana de Defesa (JID) é a organização regional de defesa mais antiga do mundo. Seu principal propósito é prestar à Organização dos Estados Americanos (OEA) e a seus Estados membros serviços de assessoramento técnico, consultivo e educativo em assuntos relacionados a temas militares e de defesa no Hemisfério, a fim de contribuir para o cumprimento da Carta da OEA. Atualmente, possui 27 Estados Membros e sua estrutura é composta pelo Conselho de Delegados, pela Secretaria e pelo Colégio Interamericano de Defesa (CID).

2001, observa-se o surgimento de governos progressistas na América do Sul. Apesar do alinhamento ideológico, apresentavam considerável heterogeneidade, em função das especificidades locais e dos desafios de cada país, os quais representavam. Provavelmente, a ascensão desses governos tenha sido resultado do afastamento dos EUA da região e semeou um ambiente favorável para o aumento do interesse dos países do subcontinente, em buscar arranjos institucionais que possibilitasse a cooperação e a descoberta de soluções para grandes desafios comuns à região, como saúde, educação, cultura, desenvolvimento social, energia, economia e defesa.

Em nível global, também é possível inferir sobre o declínio relativo norte-americano no sistema internacional. O ressurgimento russo no cenário mundial e o visível crescimento chinês, inclusive com aproximação a países da América do Sul, por meio de acordos bilaterais, inaugura um quadro muito distinto daquele que regia o sistema internacional por décadas. Inseridos nessa nova realidade global, surge a possibilidade de uma reconfiguração das relações entre os Estados sul-americanos.

Por iniciativa do Brasil foi realizada em Brasília, no ano de 2000, a I Cúpula Sul-Americana⁴⁰, com o propósito esboçar os primeiros passos a serem dados, em busca do incremento das relações entre os países da América do Sul. Relembrando alguns aspectos relevantes do conceito da geopolítica, a geografia dos Estados e de seus vizinhos tem um papel preponderante nas relações existentes entre eles. Desta forma, os países sul-americanos ao buscarem mecanismos que aumentasse a cooperação, a construção da confiança, enfim instrumentos para a integração da região estavam superando um período longo de inércia e apatia nas relações interestatais, visto a necessidade da construção de uma agenda comum

⁴⁰ I Cúpula Sul-Americana - Cúpula Sul-Americana foi o nome de três reuniões bianuais dos doze Presidentes da América do Sul celebradas entre 2000 e 2004 para acordar políticas de integração regional e temas de interesse para a zona. Realizada no período de 31 de agosto à 01 de setembro de 2000 em Brasília. Ocorreu neste encontro, a Criação da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). Substituídas desde 2004 pelas cúpulas de Chefes de Estado e Chanceleres da Comunidade Sul-americana de Nações.

para a geração de oportunidades de desenvolvimento e de parcerias para o enfrentamento dos desafios.

Assim, o que se observou durante os primeiros dez anos do século XXI, foi um acréscimo significativo dos encontros, assim como as propostas de instrumentos institucionais para a implementação, dentro desta nova ordem regional. É inegável que o crescimento econômico alcançado pelo Brasil nos primeiros anos da década de 2000 impulsionaram a projeção do país no cenário mundial e, em particular, na região sul-americana. Essa projeção possibilitou ao país protagonizar as iniciativas que buscassem a cooperação econômica, social e até mesmo militar na América do Sul.

A criação de órgãos de cooperação, principalmente, econômica não é um fenômeno recente na região. Entretanto, tais organismos além de não se mostrarem eficazes para o propósito ao qual se destinavam, também não contribuíram para a solidificação das relações entre os Estados, gerando um ambiente propício à construção da confiança mútua, fator fundamental para o avanço das negociações e da complexidade dos assuntos tratados pelos Estados nos organismos de cooperação. Nesse sentido, a criação da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) é um marco relevante na tentativa de integração do continente sul-americano. Ainda mais, a instituição do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), como uma instância destinada à consulta, cooperação e coordenação em matéria de Defesa, conforme descreveremos, a seguir, mais detalhadamente. Esse conselho era uma espécie de condição essencial para a construção de um processo avançado de segurança para a região.

Para o cumprimento de suas atribuições o CDS conta com a contribuição de outros dois organismos: o Centro de Estudos Estratégicos de Defesa (CEED) e a Escola Sul-Americana de Defesa (ESUDE). Ambos também serão mencionados mais adiante.

Sendo assim, em 23 de maio de 2008, na cidade de Brasília, a República Argentina, a República da Bolívia, a República Federativa do Brasil, a República do Chile, a República da

Colômbia, a República do Equador, a República Cooperativa da Guiana, a República do Paraguai, a República do Peru, a República do Suriname, a República Oriental do Uruguai e a República Bolivariana da Venezuela, denominados Estados-Partes decidiram constituir uma entidade de personalidade jurídica internacional, a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL). Conforme expresso no preâmbulo do tratado constitutivo do organismo, podemos constatar que os Estados-Partes reconhecem as diferenças étnicas, linguísticas e culturais, entretanto reverenciam e buscam nos valores da liberdade e independência comuns, desde o momento histórico em que desejavam se emancipar da condição de colônias das potências europeias da época, como grandes objetivos nacionais para servirem como fatores que conduzam à construção de uma união e futuro em comum:

Apoiadas na história compartilhada e solidária de nossas nações multiétnicas, plurilíngues e multiculturais, que lutaram pela emancipação e unidade sul-americanas, honrando o pensamento daqueles que forjaram nossa independência e liberdade em favor dessa união e da construção de um futuro em comum (Tratado constitutivo da UNASUL, 2008, p.6).

A criação da UNASUL foi o resultado de um processo que iniciou com as Declarações de Cuzco (8 de dezembro de 2004), Brasília (30 de setembro de 2005) e Cochabamba (9 de dezembro de 2006)⁴¹.

No tratado afirmaram a determinação do esforço em comum para a construção de uma cidadania e identidade sul-americanas e o desenvolvimento de um espaço regional integrado no âmbito político, econômico, social, cultural, ambiental, energético e de infraestrutura⁴².

Os Estados-Partes demonstraram convicção de que para o bem-estar dos povos sul-americanos, para o avanço na direção de um desenvolvimento sustentável, assim como para contribuir na solução dos flagelos que ainda assolam o continente, como a pobreza, a exclusão e as desigualdades sociais são necessárias à integração e à união regionais⁴³.

⁴¹ Tratado constitutivo da UNASUL (2008)

⁴² Tratado constitutivo da UNASUL (2008)

⁴³ Tratado constitutivo da UNASUL (2008)

Também declararam estarem certos de que para a vigência do direito nas relações internacionais e o fortalecimento do multilateralismo, a integração é um avanço fundamental, além de promover as condições para se alcançar um sistema internacional equilibrado, multipolar, no qual prevalece a igualdade soberana dos Estados e uma cultura de paz em um mundo livre de armas nucleares e de destruição em massa⁴⁴.

Estabeleceram como princípios basilares para a união e integração regionais: irrestrito respeito à soberania, integridade e inviolabilidade territorial dos Estados; autodeterminação dos povos; solidariedade; cooperação; paz; democracia, participação cidadã e pluralismo; direitos humanos universais, indivisíveis e interdependentes; redução das assimetrias e harmonia com a natureza para um desenvolvimento sustentável⁴⁵.

Os integrantes entenderam que a integração sul-americana deveria ser alcançada por meio de um processo abrangente que fosse capaz de incluir as conquistas e avanços obtidos, tanto pelo Mercado Comum do Sul (MERCOSUL⁴⁶) como pela Comunidade Andina (CAN⁴⁷), e também com as experiências do Chile, Guiana e Suriname, buscando sempre a convergência dessa sistemática⁴⁸.

Também afirmaram estarem conscientes de que em seus objetivos estratégicos, o processo de construção da integração e da união sul-americanas é ambicioso. Desta forma, a sua implementação deverá ocorrer de forma gradual e ter a capacidade de ser flexível, de

⁴⁴ Tratado constitutivo da UNASUL (2008)

⁴⁵ Tratado constitutivo da UNASUL (2008).

⁴⁶ MERCOSUL - Criado em 26 de março de 1991, pelo Tratado de Assunção, cujo objetivo primordial é a integração dos Estados Partes por meio da livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, do estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum (TEC), da adoção de uma política comercial comum, da coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais, e da harmonização de legislações nas áreas pertinentes.

Todos os países da América do Sul participam do MERCOSUL. Estados Partes: Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai (desde 26 de março de 1991) e Venezuela (desde 12 de agosto de 2012). Estado Parte em Processo de Adesão: Bolívia (desde 7 de dezembro de 2012). Estados Associados: Chile (desde 1996), Peru (desde 2003), Colômbia, Equador (desde 2004), Guiana e Suriname (ambos desde 2013).

⁴⁷ COMUNIDADE ANDINA - É um bloco econômico que foi criado em 1969 pelo Acordo de Cartagena, com o nome de Pacto Andino. Em 1996, os países membros definiram reformas na organização do bloco, e, no ano seguinte, passou a atuar com a nomenclatura de Comunidade Andina. Os atuais países membros da Comunidade Andina são: Bolívia, Colômbia, Equador e Peru. Atualmente as nações associadas à Comunidade Andina são: Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai.

⁴⁸ Tratado constitutivo da UNASUL (2008)

forma a assegurar que cada Estado-Membro de acordo com a sua realidade possa assumir os compromissos decorrentes desse processo⁴⁹.

Finalmente ratificaram que para o avanço dos processos de integração entre os Estados-Membros, o desenvolvimento econômico e social da região e a construção de um futuro comum de paz e prosperidade, são condições essenciais para plena vigência das instituições democráticas e o respeito irrestrito aos direitos humanos⁵⁰.

4.2 CONSELHO DE DEFESA SUL-AMERICANO

Verificando-se o tratado constitutivo da UNASUL, em que estão listados os objetivos específicos do órgão, só existe uma menção ao tema Defesa: “O intercâmbio de informação e de experiências em matéria de defesa” (Artigo 3, alínea “s” – UNASUL 2008). Assim, considerando a necessidade da UNASUL de contar com um órgão específico que abordasse as questões desse tema, os Estados-Membros resolveram criar um organismo que atuasse como instância de consulta, cooperação e coordenação em matéria de Defesa. Sendo assim, em 11 de dezembro de 2008, na cidade de Santiago, foi criado o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS).

Para obter a confiança dos Estados-Membros atuando como um órgão de defesa, o CDS exercerá suas atribuições, conforme os princípios do respeito irrestrito à soberania, integridade e inviolabilidade territorial dos Estados, à não intervenção nos assuntos internos e à autodeterminação dos povos. O CDS não é uma aliança de defesa militar da América do Sul, no sentido clássico de uma “OTAN do Sul”, ou qualquer outro acordo que possa articular ações no plano operativo. Tampouco, é um “Conselho de Segurança Sul-Americana”, visto

⁴⁹ Tratado constitutivo da UNASUL (2008)

⁵⁰ Tratado constitutivo da UNASUL (2008)

que as atividades de segurança pública não estão incluídas dentro das responsabilidades da maioria dos Ministérios da Defesa dos países da região⁵¹.

Ainda nessa linha de construir a confiança entre os Estados-Membros, mas também com o propósito de atribuir responsabilidades a esses integrantes, o estatuto do CDS ratifica a plena vigência das instituições democráticas, o respeito irrestrito aos direitos humanos e o exercício da não discriminação no âmbito da defesa, com o objetivo de reforçar e garantir o estado de direito. Ainda estabelece o compromisso de promover a paz, a resolução pacífica de controvérsias, o fortalecimento do diálogo e o consenso em matéria de defesa mediante a promoção de medidas de confiança e transparência. Os Estados-Membros também se comprometeram em preservar a plena vigência do Direito Internacional de acordo com os princípios e normas da Carta das Nações Unidas⁵², a Carta da Organização dos Estados Americanos (OEA)⁵³ e o Tratado Constitutivo da UNASUL.

1 Especificamente na área de segurança, o estatuto do CDS se propõe a preservar e fortalecer a América do Sul como espaço livre de armas nucleares e de destruição em massa, promovendo o desarmamento e a cultura de paz. Reconhece as instituições encarregadas da defesa nacional consagradas pelas Constituições dos Estados-Membros. Ainda buscará promover a redução das assimetrias existentes entre os sistemas de defesa dos Estados-

⁵¹ Estatuto do CDS (2008).

⁵² A Carta das Nações Unidas foi assinada em São Francisco, a 26 de junho de 1945, após o término da Conferência das Nações Unidas sobre Organização Internacional. Tem como objetivo preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, que por duas vezes, no espaço da nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade, e a reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direito dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas, e a estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito às obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes do direito internacional possam ser mantidos, e a promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade ampla.

⁵³ A Carta da OEA que entrou em vigor em dezembro de 1951. Posteriormente, a Carta foi emendada por diversos protocolos. Tem como objetivo alcançar nos Estados-Membros “uma ordem de paz e de justiça, para promover sua solidariedade, intensificar sua colaboração e defender sua soberania, sua integridade territorial e sua independência”. Seguros de que a democracia representativa é condição indispensável para a estabilidade, a paz e o desenvolvimento da região. Certos de que o verdadeiro sentido da solidariedade americana e da boa vizinhança não pode ser outro senão o de consolidar neste continente, dentro do quadro das instituições democráticas, um regime de liberdade individual e de justiça social, fundado no respeito dos direitos essenciais do Homem.

Membros da UNASUL, de modo a fortalecer a capacidade da região no campo da defesa e a participação efetiva dos cidadãos nos assuntos da defesa como um bem público que diz respeito ao conjunto da sociedade e de fomentar o desenvolvimento institucional da UNASUL, e a promoção de ações de cooperação no campo da defesa, reconhecendo as diferentes realidades nacionais. Igualmente, rejeita a presença ou ação de grupos armados à margem da lei, que exerçam ou propiciem a violência qualquer que seja a sua origem⁵⁴.

2 Cabe mencionar que o CDS, como um dos conselhos da UNASUL, possui dois órgãos que contribuirão para o cumprimento de suas atribuições: O Centro de Estudos Estratégicos de Defesa (CEED) e a Escola Sul-Americana de Defesa (ESUDE). Assim, a missão do CEED, de acordo com o seu estatuto:

Contribuir para a consolidação dos princípios e objetivos estabelecidos no Estatuto do CDS, a partir da geração de conhecimento e difusão de um pensamento estratégico sul-americano em matéria de defesa e segurança regional e internacional, sempre por iniciativa do CDS (Estatuto do CEED, 2008, p. 91).

Em relação a ESUDE podemos apresentar, conforme o seu estatuto:

A Escola Sul-Americana de Defesa (ESUDE) é um centro de altos estudos do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) de articulação das iniciativas nacionais dos Estados-Membros para a formação e capacitação de civis e militares em matéria de defesa e segurança regional de nível político-estratégico”. A ESUDE se especializa em formação e capacitação, por meio da docência e investigação, sobre temáticas comuns à região e específicas aos Estados-Membros que contribuem para o avanço gradual de uma visão compartilhada em matéria de defesa e segurança regional (Estatuto da ESUDE, 2008, p. 108).

4.3 A ALIANÇA DO PACÍFICO

Um dos organismos que não podemos deixar de mencionar, embora não comporte somente Estados do subcontinente sul-americano, é a Aliança do Pacífico⁵⁵. Órgão composto por

⁵⁴ Estatuto do CDS (2008)

⁵⁵ Na Declaração de Lima, em 28 de abril de 2011, foi estabelecida a Aliança do Pacífico, composta por Chile, Colômbia, México e Peru, com intuito de avanço progressivo na livre circulação de pessoas, capitais e bens. Em 06 de junho de 2012, foi assinado o Acordo Marco que estabelece a Aliança do Pacífico. Nesse acordo foi ratificado o compromisso de privilegiar a integração e o propósito de avançar progressivamente para a livre circulação de bens, serviços, capitais e pessoas, através, entre outros, da eliminação de obstáculos para gerar

Chile, Peru, Colômbia e México tem representado, de certa forma, como rival do MERCOSUL. Uma regra que caracteriza o organismo é o fato de não impedir que seus integrantes estabeleçam acordos com outros países e/ou blocos. Já o MERCOSUL estabelece tal proibição. Assim, uma regra que inicialmente teria o propósito de proteger o órgão funciona como fator de desagregação do bloco.

4.4 DOCUMENTOS DE ALTO NÍVEL DO BRASIL NA ÁREA DE DEFESA

Referente aos documentos de Defesa de Alto Nível do Brasil, o propósito é mencionar as diretrizes para a área de defesa do país e apresentar que se coadunam com a vocação da convivência harmônica da nação brasileira e com os princípios dos organismos e tratados nos quais o país participa, por vezes, criados por iniciativa própria.

Iniciando pelo documento de mais alto nível da legalidade nacional, a Carta Magna – Constituição da República Federativa do Brasil de 1988⁵⁶ (CFB) –, o povo brasileiro decidiu que o Estado Nacional deve priorizar, em suas relações internacionais, os países da América Latina. A ordem está expressa na CFB:

TÍTULO I – DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS;

(...) Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

(...) Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

maior dinamismo nos fluxos de comércio e investimento entre os países da Aliança do Pacífico. Disponível em http://www.ppge.ufrgs.br/anpecul2015/artigo/a_criacao_da_alianca.pdf.

⁵⁶ Preâmbulo: “Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL”. Brasília, em 05 de outubro de 1988.

Abordando agora a Política Nacional de Defesa⁵⁷ (PND) podemos constatar que a prioridade da cooperação com os países sul-americanos é explicitada ao longo de vários trechos do documento, conforme mencionado a seguir:

No capítulo 4 - O AMBIENTE REGIONAL E O ENTORNO ESTRATÉGICO, no subitem 4.2 está estabelecido:

A América do Sul, distante dos principais focos mundiais de tensão e livre de armas nucleares, é considerada uma região relativamente pacífica. Além disso, processos de consolidação democrática e de integração regional tendem a aumentar a confiança mútua e a favorecer soluções negociadas de eventuais conflitos (PND, 2013, p. 4).

No subitem 4.3 a PND continua:

Entre os fatores que contribuem para reduzir a possibilidade de conflitos no entorno estratégico destacam-se: o fortalecimento do processo de integração, a partir do Mercosul e da União de Nações Sul-Americanas (PND, 2013, p. 4).

Prossegue a PND com o subitem 4.6:

Como consequência de sua situação geopolítica, é importante para o Brasil que se aprofunde o processo de desenvolvimento integrado e harmônico da América do Sul, que se estende, naturalmente, à área de defesa e segurança regionais (PND, 2013, p. 4).

No capítulo 5 – O BRASIL, novamente a PND, no subitem 5.9, ratifica a importância da região sul-americana para o país:

O Brasil atribui prioridade aos países da América do Sul e da África, em especial aos da África Ocidental e aos de língua portuguesa, buscando aprofundar seus laços com esses países (PND, 2013, p. 6).

No capítulo 6 – OBJETIVOS NACIONAIS DE DEFESA, o país explicita mais uma vez a sua proposta pacífica a nível regional e global: (...) “IV – contribuir para a estabilidade regional; V – contribuir para a manutenção da paz e da segurança internacionais”; (...)

⁵⁷ A Política Nacional de Defesa (PND) é o documento condicionante de mais alto nível do planejamento de ações destinadas à defesa nacional coordenadas pelo Ministério da Defesa. Voltada essencialmente para ameaças externas, estabelece objetivos e orientações para o preparo e o emprego dos setores militar e civil em todas as esferas do Poder Nacional, em prol da Defesa Nacional. Esta Política pressupõe que a defesa do País é inseparável do seu desenvolvimento, fornecendo-lhe o indispensável escudo. A intensificação da projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção em processos decisórios internacionais associam-se ao modelo de defesa proposto nos termos expostos a seguir. Este documento explicita os conceitos de Segurança e de Defesa Nacional, analisa os ambientes internacional e nacional e estabelece os Objetivos Nacionais de Defesa. Além disso, orienta a consecução desses objetivos.

Concluindo a análise da PND, no seu capítulo 7 – ORIENTAÇÕES, no subitem 7.8: “A integração da indústria de defesa sul-americana deve ser objeto de medidas que proporcionem desenvolvimento mútuo, bem como capacitação e autonomia tecnológicas”. Nesse subitem, o documento já realiza um exercício de visão de futuro, pois aborda um tema que demandará um avanço nas relações entre os Estados, a cooperação em vários campos em que possuem desafios comuns, a construção de uma confiança mútua, para finalmente iniciar os debates e prosseguir na busca da integração desejada.

Analisaremos então, outro documento de alto nível na área de defesa do Brasil, a Estratégia Nacional de Defesa⁵⁸ (END) e dela extrair os trechos em que é ressaltada a importância da integração do subcontinente sul-americano.

A END (2012) dispõe sobre como as instituições da Defesa Nacional devem cumprir os objetivos da PND (2013). Traz várias disposições sobre a cooperação sul-americana. Ao tratar do estímulo à integração regional, faz menção expressa ao CDS, no item 18 – Estimular a integração da América do Sul:

Essa integração não somente contribui para a defesa do Brasil, como possibilita fomentar a cooperação militar regional e a integração das bases industriais de defesa. Afasta a sombra de conflitos dentro da região. Com todos os países, avança-se rumo à construção da unidade sul-americana. O Conselho de Defesa Sul-Americano é um mecanismo consultivo que se destina a prevenir conflitos e fomentar a cooperação militar regional e a integração das bases industriais de defesa, sem que dele participe país alheio à região. Orienta-se pelo princípio da cooperação entre seus membros.

A END (2012) dedica um capítulo às Ações Estratégicas, e as define como aquelas que irão orientar sua implementação. Uma das ações de caráter estratégico são as Operações Internacionais, estabelecidas com o propósito de promover o incremento do adestramento e da participação das Forças Armadas em operações internacionais em apoio à política exterior, com

⁵⁸ A Estratégia Nacional de Defesa é o vínculo entre o conceito e a política de independência nacional, de um lado, e as Forças Armadas para resguardar essa independência, de outro. Trata de questões políticas e institucionais decisivas para a defesa do País, como os objetivos da sua “grande estratégia” e os meios para fazer com que a Nação participe da defesa. Aborda, também, problemas propriamente militares, derivados da influência dessa “grande estratégia” na orientação e nas práticas operacionais das três Forças.

ênfase nas operações de paz e ações humanitárias, integrando Forças da Organização das Nações Unidas (ONU) ou de organismos multilaterais da região.

No escopo das Operações Internacionais, mais especificamente com o objetivo de contribuir para a manutenção da estabilidade regional, a END orienta as seguintes diretrizes:

1. O Ministério da Defesa e o Ministério das Relações Exteriores promoverão o incremento das atividades destinadas à manutenção da estabilidade regional e à cooperação nas áreas de fronteira do País.
2. O Ministério da Defesa e as Forças Armadas intensificarão as parcerias estratégicas nas áreas cibernética, espacial e nuclear e o intercâmbio militar com as Forças Armadas das nações amigas, neste caso particularmente com a América do Sul e países limítrofes ao Atlântico Sul.
3. O Ministério da Defesa, o Ministério das Relações Exteriores e as Forças Armadas buscarão contribuir ativamente para o fortalecimento, a expansão e a consolidação da integração regional, com ênfase na pesquisa e desenvolvimento de projetos comuns de produtos de defesa.

Concluindo a análise da END (2012), apontamos também no campo da Inserção internacional, a orientação dessa estratégia consiste em incrementar o apoio à participação brasileira no cenário internacional, mediante a atuação do Ministério da Defesa e demais ministérios, dentre outros: (...) em fóruns internacionais relacionados com as questões estratégicas, priorizando organismos regionais como o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL).

5 A VIABILIDADE DO BRASIL NO SUBCONTINENTE SUL-AMERICANO

Neste capítulo o propósito é apresentar algumas propostas de conceituação de potência, mencionando quais as capacidades que deve possuir uma nação para tornar-se uma potência. Em seguida, tecer considerações sobre a posição do Brasil no âmbito regional e a sua viabilidade para ser uma potência, demonstrando por meio de dados estatísticos dos países da América do Sul, relacionados com as capacidades acima citadas, a fim de confirmar a possibilidade de projeção do Brasil na região.

5.1 CONCEITO DE POTÊNCIA

Um dos conceitos que mais frequentemente vem apresentando evolução na sua constituição é o de Potência. A denominação refere-se à relação de poder entre as nações. As questões que causam as maiores divergências entre as diversas tentativas de se estabelecer parâmetros para definir um país como potência é exatamente que capacidades deve possuir uma nação para figurar como uma potência, quer seja regional ou até mesmo global.

Conforme estabelecia Rudolf Kjellen, considerado o “Pai da Geopolítica”, referente aos atributos de uma grande potência, uma nação deveria possuir as seguintes características: espaço, liberdade de movimento e coesão interna (MATTOS, 1975, p. 69). Logicamente, na época que Rudolf Kjellen estabeleceu esses parâmetros para conceituar uma potência, ele estava muito influenciado pelas características geográficas e a forma de atuação política dos países, características que eram exatamente o objeto de estudo do professor sueco.

O progresso científico-tecnológico, o advento do artefato nuclear, a abrangência e velocidade alcançadas pelos meios de comunicação, dentre as inúmeras transformações ocorridas no último século, certamente, nos conduz a supor que o conceito de potência adquirirá contornos mais amplos (MATTOS, 1975, p. 69).

Seguindo esse caminho em busca de uma conceituação mais moderna, um dos maiores historiadores contemporâneos, Arnold Toynbee, assim conceituou o que seria uma grande potência: “Uma força política que exerce seu poder coordenador num campo de ação maior do que a da sociedade que lhe serve de base” (MATTOS, 1975, p. 69).

Já o escritor francês Tibor Mende, em seu livro *Entre la Peur et l'Espoir* (Paris, 1958), ao analisar a proposta estabelecida por Arnold Toynbee, apresentou uma interpretação mais ampliada desse conceito, tornando-o mais completo e mais claro (MATTOS, 1975, p. 70):

- hoje em dia, grande potência é somente aquela cuja força coordenadora se exerce em dimensões mundiais;
- sua soberania deve estender-se sobre um vastíssimo território;
- deve dispor de imensas reservas de matérias-primas e de mão-de-obra especializada;
- sua capacidade de produção deve permitir-lhe a fabricação, em grande quantidade, de armas modernas de alto custo, e de ceder, gratuitamente, enormes porções de produtos manufaturados, pois este é o método contemporâneo de fazer aliados;
- as grandes potências da atualidade devem ser unidades multinacionais e multi-raciais, pela simples razão de que algumas das condições razão precedentes não podem ser satisfeitas por um único povo que não disponha senão do seu próprio território.

Prosseguindo no estudo das propostas de conceituação de potência citamos o posicionamento de alguns renomados pensadores do assunto. Para o holandês Nicholas J. Spykman, os fatores do poder político são (MATTOS, 1975, p. 70):

superfície do território, natureza das fronteiras, quantidade de população, ausência ou presença de matérias-primas, desenvolvimento econômico e tecnológico, capacidade financeira, homogeneidade étnica, grau de integração social, estabilidade política e coesão nacional.

Já o professor alemão Hans Joachim Morgenthau, radicado nos Estados Unidos e considerado um dos especialistas em ciência política, estabeleceu como os fatores que caracterizariam o poder político: “geografia, recursos naturais, capacidade industrial, grau de eficiência militar, população, caráter nacional, moral nacional e aptidão diplomática.”

Analisando-se as propostas supracitadas podemos constatar que existem algumas características que são comuns em todas elas: dimensão geográfica, quantitativo populacional,

posse de reservas de recursos naturais, capacidade tecnológica e científica, e coesão interna. Assim, podemos depreender que tais características podem ser classificadas em dois grupos de capacidades. O primeiro relacionado ao aspecto geográfico, mais notadamente na extensão territorial. Diretamente ligada à esta condição, podemos sugerir que em um vasto território aumentam, consideravelmente, as possibilidades de existência de reservas de recursos naturais para o país. Também, nesse extenso espaço geográfico, se apresenta a disponibilidade de terras para a ocupação, e o conseqüente e necessário crescimento populacional adequado à geração de riquezas correspondentes. Um segundo grupo concentra-se na capacidade dessa nação de se desenvolver industrial, científica e tecnologicamente. Esses dois grupos são intimamente ligados pela característica da coesão interna da nação. Esta coesão interna, que pode ser expressa pela homogeneidade étnica, grau de integração nacional, estabilidade política, caráter e moral nacional unidades multirraciais dentre outras, como apontaram os estudiosos mencionados acima, revela, em última instância, a capacidade que possui uma população coesa e determinada, que habita um determinado território, em transformar as reservas naturais disponíveis no vasto espaço geográfico, em insumos para o seu crescimento, para a geração de uma mão de obra qualificada, em busca do desenvolvimento tecnológico e científico. A nação que tiver a capacidade de gerar líderes que conduzam os esforços do país nesse sentido possui grandes possibilidades de se transformar em uma grande potência.

Com o propósito de acrescentar às tentativas de conceituação de potência um elemento importante, que é a capacidade de produção de bens e serviços de uma nação, vamos nos remeter a fórmula apresentada por Karl Deutsch para avaliar o “desempenho de potência”, baseada na relação produção/população, na qual é notória a interferência do indicador Produto Interno Bruto (PIB) (MATTOS, 1975, p. 71).

Assim, a relação dos fatores julgados fundamentais na busca de se estabelecer características que possam ser identificadas em uma nação para classificá-la como potência,

ou seja, a relação da população com os poderes político e militar. Desta forma, reportamo-nos a Kenneth Organsky, que se manifesta da seguinte forma, em seu livro *Population and World Power* (MATTOS, 1975, p. 71):

O poder de uma nação moderna apóia-se consideravelmente no tamanho de sua população. Com números expressivos, uma nação pode sobrepujar suas deficiências; sem eles, grande poder é impossível. Hoje, a importância crucial do volume de população é ofuscada pelas imensas diferenças em desenvolvimento econômico, que torna possível a nações de tamanho médio dominar o mundo. No futuro, a propagação da indústria por todos os países revelará a verdadeira importância da população.

As razões para esta importância são relativamente óbvias: são os homens que trabalham e são os homens que lutam, mesmo nesta idade de máquinas. Uma grande população assegura o poder humano para forças armadas poderosas, assegura o trabalho para produzir grande riqueza nacional, assegura os consumidores que fazem o papel de mercado para as outras nações. Assegura os contribuintes de impostos que subscreverão os enormes custos do jogo da política mundial no presente estágio e assegura a ousadia para correr os riscos necessários de tal jogo. É difícil fugir à conclusão de que grandes populações fazem grandes nações.

A população também soma para o poder de uma nação – subtrai – através de seus efeitos sobre a economia. Uma grande população é, no conjunto, um haver para uma nação de economia próspera e bem desenvolvida e pode ser útil mesmo para uma muito atrasada, se sua formidável força de trabalho puder ser equipada para içar o país da pobreza.

5.2 A POSIÇÃO DO BRASIL

Apesar do foco deste trabalho restringir suas análises ao espaço sul-americano, pelo menos para demonstrar a pujança do Brasil, neste tópico, transbordaremos do subcontinente as reflexões, posicionando o Brasil, em escala mundial para obtermos um efeito comparativo mais marcante. Conforme mencionado no item anterior, os estudiosos que mais se destacaram na tentativa de reunir características que pudessem exprimir o potencial que uma nação deveria apresentar para se constituir em uma potência, ressaltaram quais seriam esses principais predicados – extensão territorial, população, existência de recursos naturais, capacidade industrial, tecnológica, científica e coesão interna (MATTOS, 1975, p. 81).

Considerando esses parâmetros, sempre é apontada a viabilidade brasileira, em função de suas potencialidades. Após períodos de desenvolvimento como na década de 1970, alternados por décadas perdidas, é inegável que o país conquistou a notoriedade internacional

nos primeiros anos do século XXI, exatamente pelo crescimento econômico registrado naqueles anos, bem como avanços sociais que possibilitariam a formação de uma classe média mais robusta e um mercado consumidor interno promissor.

Desde meados do século passado já eram realizadas projeções para saber como seria o mundo no século XXI, no que diz respeito às nações que estariam em condições de serem denominadas de superpotências, em dimensão mundial e as potências médias, agora em dimensão regional. Já naquela época o Brasil despontava como uma liderança regional, mas a geopolítica da Guerra Fria, dominante no mundo à época, não permitiu uma afirmação dessa posição do país.

Na análise do fator extensão territorial, países como Canadá, Argentina, México, África do Sul e Austrália figuravam com potencial nesse aspecto. Entretanto, na leitura da época, Canadá e Austrália, apesar de detentores de uma base territorial, não apresentavam a tendência de possuir níveis populacionais capazes de ocupar e otimizar o potencial existente no território (MATTOS, 1975, p. 83). Realizando uma atualização do estudo do século passado podemos afirmar que a Argentina também não alcançou um crescimento populacional compatível com o espaço geográfico que possui. O caso do México é a sua posição geográfica. Está encravado na América do Norte, sob forte influência e presença de uma superpotência global.

Além dos países acima mencionados, e com bases nos dados existentes e nas projeções, aqueles que sempre se destacavam eram China, Brasil, Índia e a Europa Ocidental, caso alcançasse a integração política e econômica tão desejada por seus líderes, desde a 1ª Guerra Mundial. O Japão é um importante ator que não podemos deixar de citar, pois naquela época o país já apresentava uma extraordinária capacidade industrial, tecnológica e científica. Também possuía a perspectiva de alcançar um nível populacional compatível com as grandes potências mundiais. O fator de fraqueza do país estava na reduzida dimensão territorial para

comportar o crescimento populacional e para obter recursos naturais para prosseguir o seu desenvolvimento (MATTOS, 1975, p. 83). A questão a ser colocada era se a robustez tecnológica seria capaz de superar os desafios da limitação geográfica. A recente análise do país tem mostrado que o modelo japonês entrou em uma espécie de fadiga, não apresentando o mesmo nível de crescimento, embora o país possua uma relativa influência, principalmente, na economia mundial, em função do acúmulo de bons resultados alcançados no século passado.

Essa rápida análise comparativa com outros países do mundo, além do continente sul-americano, teve o propósito de posicionar o Brasil no seu devido lugar. O país é detentor de capacidades que o destinam a exercer uma liderança regional e buscar a sua importância em nível global. Verificando aqueles outros atributos que indicam que um país poderá tornar-se uma potência, um aspecto relevante é o da coesão interna. Um país com dimensões continentais, mesmo com realidades geográficas e sociais distintas, rural e urbana, descendências indígenas, europeias e africanas pacificou os processos separatistas, além da maior prova de sua coesão, que é a unidade linguística do país. O próximo salto a ser dado é ter a capacidade de gerar lideranças políticas capazes de fomentar programas que possibilitem a aplicação dessa imensa mão de obra, na potencialização dos recursos existentes nesse vasto espaço territorial para, com pesquisa e desenvolvimento, proporcionar capacidade tecnológica e científica para o progresso do país.

5.2.1 A Extensão Territorial dos Países da América do Sul

Segue a tabela 1 abaixo, com a área dos países da América do Sul e a posição de cada um, em relação aos 257⁵⁹ países listados nesta estatística. Conforme podemos constatar, o Brasil destaca-se no fator área geográfica possuindo o quinto maior território do mundo. No

⁵⁹ Quantitativo de Estados cujas áreas estavam relacionadas na página da fonte mencionada.

subcontinente sul-americano o outro país que está entre os dez maiores em extensão territorial é a Argentina. Entretanto, como poderemos verificar mais adiante, apesar desse território, o país não detém um nível populacional compatível para ocupar e otimizar os recursos naturais proporcionados por esse atributo:

TABELA1

ÁREA⁶⁰

País	Área (Km Quadrados)	Posição Mundial
Argentina	2.780.400	8°
Bolívia	1.098.581	28°
Brasil	8.514.877	5°
Chile	756.102	38°
Colômbia	1.138.910	26°
Equador	283.561	74°
Guiana	214.969	85°
Paraguai	406.752	60°
Peru	1.285.216	20°
Suriname	163.820	92°
Uruguai	176.215	91°
Venezuela	912.050	33°

Fonte⁶¹: The World Factbook

5.2.2 A População dos Países da América do Sul

Segue abaixo, a tabela 2, com a população dos países da América do Sul e a posição de cada um, em relação aos 238⁶² países listados nessa estatística. Conforme comentado no item anterior, mais uma vez o Brasil se destaca, em âmbito mundial, em relação ao nível

⁶⁰ A soma de todas as áreas terrestres e aquáticas delimitadas pelas fronteiras e/ou litorais internacionais.

⁶¹ Disponível em <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/rankorder/2147rank.html>>. Acesso em: 14 jun. 2015.

⁶² Quantitativo de Estados cujas populações estavam relacionadas na página da fonte mencionada.

populacional, ocupando o sexto contingente populacional do mundo. Confirmando aquela afirmação com relação à Argentina, constatamos que embora possua uma extensão geográfica significativa, o quantitativo de população não é compatível com essa condição territorial.

TABELA 2
POPULAÇÃO⁶³

País	População (Nº de Pessoas)	Posição Mundial
Argentina	43.024.374	33°
Bolívia	10.631.486	82°
Brasil	202.656.788	6°
Chile	17.363.894	65°
Colômbia	46.245.297	30°
Equador	15.654.411	68°
Guiana	735.554	165°
Paraguai	6.703.860	105°
Peru	30.147.935	43°
Suriname	573.311	171°
Uruguai	3.332.972	135°
Venezuela	28.868.486	46°

Fonte⁶⁴: The World Factbook

5.2.3 O Produto Interno Bruto Corrente dos Países da América do Sul

Segue abaixo a tabela 3 com o Produto Interno Bruto Corrente dos países da América do Sul. Esse é o terceiro atributo apontado pelos estudiosos, que habilitam as nações que conseguirem obter um elevado nível de produção de bens e serviços, propiciará a alcançar a condição de potência.

⁶³ Estimativas de população do “US BUREAU OF THE CENSUS” baseadas em estatísticas de censos de população, sistemas de estatísticas vitais de registro ou inquéritos por amostragem referente ao passado recente e em suposições de tendências futuras. Data da informação: jul. 2014.

⁶⁴ Disponível em <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/rankorder/2119rank.html>. Acesso em: 27 jun. 2015.

TABELA 3

Produto Interno Bruto (PIB) Corrente

País / Ano	PIB Corrente em [US\$ Bilhões]		
	2012	2013	2014
Argentina	607,7	622,1	540,2
Bolívia	27	30,6	34,2
Brasil	2.413,20	2.392,10	2.346,10
Chile	265,2	276,7	258,1
Colômbia	369,7	380,1	377,7
Equador	87,6	94,5	100,5
Guiana	2,85	2,9	3,2
Paraguai	24,6	28,9	30,9
Peru	192,7	202,3	202,9
Suriname	5	5,3	...*
Uruguai	51,4	57,5	57,5
Venezuela	381,3	371,3	509,9

* Não existe o registro do PIB Corrente do Suriname, em 2014, na página do Banco Mundial.

Fonte: Banco Mundial

Após efetuarmos essa breve análise para o espaço sul-americano, o propósito é levantarmos os mesmos dados estatísticos para os países do mundo e tirarmos algumas conclusões.

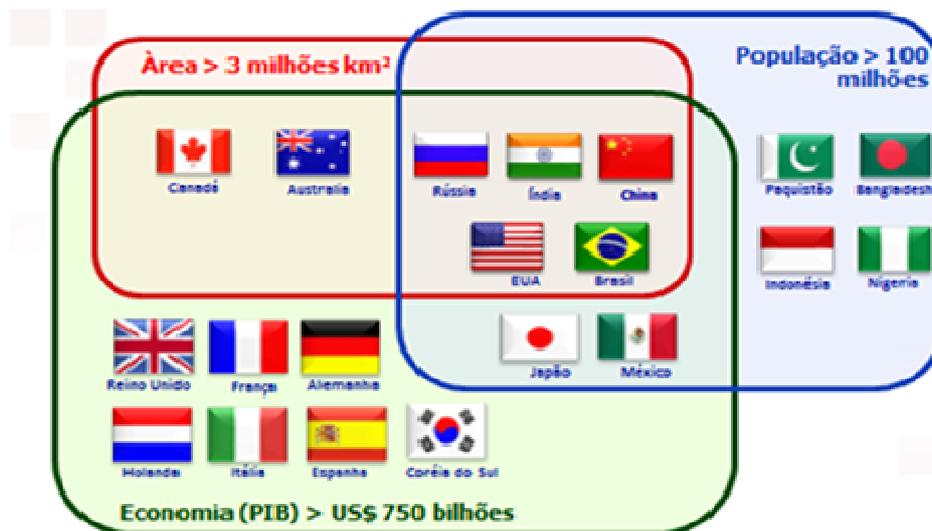
Finalmente, efetuando uma consolidação dos dados acima apresentados, verificamos, de maneira inequívoca, que o Brasil reúne os atributos que lhe conferem um poder potencial relevante, em condições de almejar a tornar-se uma potência.

Utilizando os mesmos atributos supracitados e expandindo para nível global a comparação entre os países, verificaremos o posicionamento do Brasil. A figura 6 a seguir, ilustra claramente essa comparação.

Compete agora ao país produzir as lideranças necessárias para a adoção de um modelo de desenvolvimento, que, efetivamente, o conduza à posição de destaque regional, e até mesmo mundial, em consonância com o poder potencial que possui.

FIGURA 6

Comparação entre os países (Área x População x PIB)



Fonte⁶⁵: SecCTM

⁶⁵ Palestra realizada pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação da Marinha (SecCTM), na Escola de Guerra Naval (EGN) para o Curso de Política e Estratégia Marítimas (CPEM/2015), em 18 jun. 2015.

6 CONCLUSÃO

Após seguirmos o caminho proposto no início deste trabalho, podemos agora ousar em concluir, mencionando algumas considerações finais.

Inicialmente, podemos constatar que aqueles estudiosos do início do século passado ao efetuarem a proposta de tratar a geografia política como uma ciência específica estavam sistematizando este tipo de estudo e atribuindo uma denominação própria a um fenômeno que já era presente nas relações entre os Estados. Os geopolíticos enumeraram os atributos que julgavam relevantes para a geração de uma potência e observaram a concretização dessa perspectiva com o passar dos anos. Sintetizando o conceito do Instituto de Geopolítica de Munique: a Geopolítica se converte numa arte, arte de guiar a política prática. A Geopolítica é a consciência geográfica do Estado.

No ambiente nacional, constatamos a importante contribuição dos geopolíticos brasileiros para a formação de uma consciência concreta das potencialidades e dos destinos do país. Desde José Bonifácio, ainda no período colonial até a Professora Therezinha de Castro, passando pelo Gen. Meira Mattos, já eram frequentes as preocupações com a ocupação e a formulação de projetos nacionais para a integração do território brasileiro.

As instabilidades políticas ocorridas a partir da segunda metade do século XX adiaram a implementação desses projetos e não permitiram ao Brasil alcançar uma posição de destaque, que parecia inevitável, retardando os avanços econômicos que produziriam o desenvolvimento tecnológico, científico e as consequentes conquistas sociais.

Muito das influências a que foram submetidas, não somente o Brasil, mas todo o subcontinente sul-americano deveu-se ao fenômeno, a nível global, da Guerra Fria. A maciça presença e influência dos EUA na região como forma de impedir a propagação de uma ideologia alienígena ao continente americano fragilizou as relações entre os países da América do Sul, afastando um dos outros, permitindo que controvérsias, ainda da época em

que eram colônias, fossem reacendidas dificultando a construção de uma confiança mútua para dar prosseguimento aos processos de alinhamento regional.

Com o término da Guerra Fria, os EUA relegam a atuação da sua política externa para a América do Sul, a um segundo plano. Abre-se um caminho para que os países sul-americanos busquem a integração regional, com o propósito de alcançar o desenvolvimento e gerar o bem-estar tão reclamado por suas populações. Porém, séculos de contendas mal resolvidas, o relativo isolamento entre o norte e o sul do subcontinente, as disparidades econômicas e sociais entre os países e as desconfianças ainda presentes, dentre outras diferenças, não permitirão que esse processo de cooperação trilhe uma trajetória sem obstáculos.

A máxima da geopolítica de que “Espaço é Poder” se aplica perfeitamente na dinâmica do subcontinente sul-americano. Desde as áreas dominadas pelas FARC na Colômbia, o território de *Essequibo* na Guiana e a perda de territórios pelo Peru e Bolívia na guerra contra o Chile, que inclusive impôs ao Estado boliviano a privação do acesso soberano ao mar, são provas dessa realidade. Cabe ressaltar, que a reativação dessas contendas, não se limitam à exploração das riquezas naturais disponíveis nesses territórios, mas também buscam uma certa forma de resgatar o orgulho nacional.

Um aspecto importante a ser mencionado é que um dos motivos dos questionamentos dos tratados firmados à época do encerramento dos conflitos, repousa na parcialidade com que foram elaborados os termos desses tratados, exatamente devido ao fato de terem sido conduzidos por potências europeias de então, o que certamente atendeu aos interesses dessas potências e refletiu na definição das fronteiras das antigas colônias que estavam em conflito. Esse é o momento propício para surgir uma liderança regional. Deveria ser essa a postura do Brasil, que almeja capitanear os processos de integração do subcontinente – tomar a iniciativa

das negociações e sediar os encontros – respaldado pela aquiescência das partes e a imparcialidade na elaboração dos termos dos tratados.

Além do ressurgimento desses conflitos, o fato de os Estados envolvidos nesses conflitos apresentarem seus pleitos na CIJ é uma demonstração de falta de confiança nos órgãos regionais e, conseqüentemente, o enfraquecimento desse foro para a busca de soluções pacíficas para as disputas na América do Sul.

No entanto, é importante reconhecer a tentativa dos países sul-americanos em criar organismos de cooperação, inicialmente econômica e, posteriormente, em outros setores de atuação dos Estados, nas sociedades que eles representam. Cabe ressaltar a UNASUL que foi mais além e chegou a criar o CDS, com atribuições específicas para a cooperação na área de defesa. Em contrapartida, como resquícios de um passado de desconfianças, a criação da Aliança do Pacífico (Chile/Peru/Colômbia/México) representa uma espécie de bloco antagônico ao MERCOSUL, visto que o primeiro não impede que seus integrantes comercializem com outros blocos e/ou países, enquanto o último determina essa proibição. Um dispositivo que parecia proteger o bloco do MERCOSUL funciona como um fator de desintegração do mercado comum. Fatos dessa natureza dificultam ainda mais o avanço da cooperação, da construção da confiança mútua e tão sonhada integração regional.

Nesse contexto, cabe analisar o Brasil. Demonstramos, por meio de indicadores como a extensão territorial, níveis populacionais e PIB, que o país é detentor de índices que o habilitam a assumir essa condição de líder na América do Sul e buscar sua representatividade em nível mundial. A divulgação dos documentos de alto nível, na área de defesa, são demonstrações de que o país pretende assumir essa condição, sem, no entanto, adotar um comportamento hegemônico.

O desafio para o país está em produzir lideranças políticas capazes de implementarem um modelo de desenvolvimento que produzam resultados para o bem-estar da sua população,

compatível com as potencialidades que o Brasil apresenta. É o seu destino conduzir os assuntos de relevância na América do Sul, propor e mediar os acordos, avançar nas iniciativas de cooperação, construir, em conjunto com seus vizinhos sul-americanos, um ambiente de confiança, em busca da tão almejada integração regional.

Por fim, priorizar a relação com os países da América do Sul é fortalecer nossa projeção na região e os laços que nos une neste subcontinente. E na área de segurança, é cuidar do nosso território, das nossas riquezas e da nossa gente.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Brasília, DF: Senado, 1988. 292 p.
- _____. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa**. 1^a. ed. Brasília, DF, 2013.
- _____. **Estratégia Nacional de Defesa**. 2^a. ed. Brasília, DF, 2012.
- _____. **Tratado Constitutivo da UNASUL**. 2008. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/america-do-sul-e-integracao-regional/unasul/tratado-constitutivo-da-unasul>>. Acesso: em 15 jun. 2015.
- BUZAN, Barry; WÆVER, Ole. **Regions and Powers: The Structure of International Security**. Cambridge: Cambridge University Press. 2003.
- CASTRO, Therezinha de. **Geopolítica, princípios, meios e fins**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. 1999.
- COSTA, Darc Antonio da Luz. **Estratégia Nacional: A cooperação Sul-Americana como caminho para a inserção internacional do Brasil**, Rio de Janeiro. 2006.
- FUCCILLE, Alexandre; REZENDE, Lucas Pereira. **Relendo o Complexo Regional de Segurança da América do Sul**. Disponível em <<http://www.semecip.ufscar.br/wp-content/uploads/2014/12/Relendo-o-Complexo-Regional-de-Seguran%C3%A7a-da-Am%C3%A9rica-do-Sul.pdf>>. Acesso em 14 abr. 2015.
- LUNDGREEN, Ronaldo Pierre Cavalcanti. **Uma estratégia de segurança para o Brasil. A Defesa Nacional**. Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros, Rio de Janeiro, n. 794 set./out./nov./dez. p. 98-123. 2002.
- MATTOS, Carlos de Meira. **A Geopolítica e as projeções de poder**. 1. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977.
- _____. A geopolítica brasileira – **predecessores e geopolíticos**. Revista da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, n. 39, p. 45-82. 2000.
- _____. **Brasil – geopolítica e destino** – 1. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército; Livraria José Olympio, 1975.
- _____. **Geopolítica e modernidade** – 1. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.
- MENEZES. Amílcar Manoel de. **Brasil no século XXI. Visão de algumas insuficiências para ampla inserção no mundo globalizado**. Revista da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, n. 41, p. 130-145. 2002.

NETO, Walter Antonio Desiderá. **A questão fronteiriça entre a Guiana e Venezuela e a integração regional na América do Sul.** 2012. Disponível em <<http://ser.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/download/26359/>>. Acesso em: 27 mar. 2015.

PRAZERES, Tatiana Lacerda; DINIZ, Ângela Maria Carrato; ROCHA, Maurício Santoro. **O Brasil e a América do Sul: Desafios no Século XXI.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais. 2006.

REGO, Joaquim Arinê Bacelar. **Uma Geopolítica brasileira no alvorecer do século XXI.** Revista Marítima Brasileira, do Curso de Política e Estratégia Marítimas (CPEM-2003), Rio de Janeiro v.124 n.07/09 jul./set. p. 148-200. 2004.

RORATO, Nathalia; ZACOUTEGUY, Rafaela; LOPES, Victor Hugo. **Bolívia e Chile: a questão do acesso soberano ao mar, resquícios da Guerra do Pacífico.** 2014, Disponível em <<https://onial.wordpress.com/2014/07/11/bolivia-e-chile-a-questao-do-acesso-soberano-ao-mar-resquicios-da-guerra-do-pacifico/>>. Acesso em 9 ago. 2015.

SILVA, Golbery do Couto e. **Aspectos geopolíticos do Brasil.** 1. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1957.

_____, Golbery do Couto e. **Geopolítica do Brasil.** 2^a. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1967.

TOSTA, Octavio. **Teorias Geopolíticas.** 1. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984.

VESENTINI, José William. **Novas Geopolíticas.** 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2000.

WIGGERS, Giana da Silva; TAVARES, Mariana Almeida; BALISTIERI, Thais Regina. **As FARC e o governo colombiano: meio século de conflito.** 2014. Disponível em <<https://onial.wordpress.com/2014/05/08/as-farc-e-o-governo-colombiano-meio-seculo-de-conflito/>>. Acesso em 9 jul. 2015.